

A EVOLUÇÃO DA AGRICULTURA NA REGIÃO SUDESTE NA DÉCADA DE 70

Luiz Sergio Pires Guimarães *
Ney Rodrigues Innocencio *

SUMÁRIO

- 1 — *Introdução*
- 2 — *Aspectos gerais da organização agrária no período 1950-70*
- 3 — *Evolução da agricultura brasileira na década de 70*
- 4 — *Transformações na organização agrária do Sudeste*
- 5 — *Conclusão*

1 — INTRODUÇÃO

Considerando-se o nível de desenvolvimento do seu processo de produção, o Sudeste apresenta uma organização espacial relativamente uniforme, e se constitui no centro hegemônico das relações que estruturam a atual organização regional do País. Tal posição tem se consolidado ao longo do tempo, na medida em que os interesses do capital urbano sobrepõem aqueles relativos aos do capital rural. Ressalte-se, porém, que este desenvolvimento do capitalismo urbano não exclui o setor rural, mas antes o integra de forma definitiva através de um processo de expansão e intensificação do capital no campo, refletido sobremaneira no número crescente de explorações agrárias em caráter nitidamente empresarial.

* Analistas Especializados em Geografia da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE. Agradecem a Edna Oliveira Barreto, Everardo Machado Travassos pela colaboração prestada a este trabalho.

A capitalização do campo no Brasil amplia-se substancialmente a partir de meados da década de 60, em decorrência da adoção de um modelo econômico cuja lógica se baseava no incremento das exportações e num mercado interno restrito. As conseqüências sociais advindas de tal modelo, caracterizado por uma intensa centralização e concentração do capital, se fizeram sentir tanto por uma expressiva concentração fundiária quanto por uma maior utilização de técnicas agrícolas modernas que, em última instância, ocasionaram uma significativa liberação do contingente de mão-de-obra rural.

O processo de reprodução do capital no campo, acentuou-se ainda mais na década de 70, em virtude de uma série de fatores, particularmente de ordem externa. Nesta época, dada a retração de mercados internacionais, torna-se inviável a tentativa de intensificar-se a implementação de uma política de exportação de produtos industriais de base não agrícola, um dos objetivos prioritários das políticas oficiais adotadas em meados na década de 60. Com isso, houve um incremento ainda maior do capital agrário que "personificado" na grande agricultura comercial de exportação, já vinha sendo requisitado para a geração de agro-dólares para o funcionamento da política de industrialização. Foi neste período que o empresariado rural passou a se beneficiar particularmente dos incentivos decorrentes da série de programas especiais de desenvolvimento do setor agropecuário, criados pelo Governo Federal — Poloamazônia, Polocentro, Programa Especial do Norte Fluminense, etc. Este incremento do capital agrário que, desde meados dos anos 60, está associado à captura do Estado pelo capital monopolista, se refletiu de forma mais acentuada na Região Sudeste, onde a produção agropecuária capitalista, já se apresentava mais plenamente desenvolvidas, antes deste último período.

Mesmo tendo o setor agropecuário do Sudeste, nos anos 70, uma expressiva participação na economia do País, as análises a nível regional, geralmente, limitam-se à ótica do capital urbano-industrial, cuja estruturação, indubitavelmente, comanda a organização deste sub-espaço. No entanto, dado o nível de industrialização atingido pela agricultura capitalista nesta Região, ela apresenta, de modo geral, os mais elevados índices de produtividade do País. Tanto que, no referente ao volume e ao valor da exportação, os oito principais produtos agrícolas exportados em 1975 — soja, cana-de-açúcar, café, cacau, milho, algodão, arroz e feijão — eram, em larga medida, obtidos no Sudeste¹. São, igualmente, insuficientes estudos regionais que, ao considerarem o nível de maturação do capital no Sudeste, o retratem como centro hegemônico que preside o processo de homogeneização do espaço nacional. Processo este que evolui na medida em que o capital, ao se reproduzir de forma ampliada, subordina, de maneira não uniforme, a totalidade espacial, impondo aos demais modos de produção a sua estruturação lógica.

Considerando-se esta tendência à homogeneização monopolística do espaço nacional, objetiva-se neste estudo, verificar as formas assumidas pelo setor de produção agropecuário no Sudeste na última década. Com isto pretende-se elaborar um quadro que a partir da caracterização de um referencial, ao mesmo tempo básico e abrangente — a organização agrária —, viabilize estudos regionais que considerem os

1 IBGE, Censo Agropecuário do Brasil e CACEX, Banco da Brasil, 1975.

diferentes subespaços, segundo as configurações assumidas pelo processo de acumulação capitalista no campo e a tendência à homogeneização do espaço rural brasileiro.

Com o intuito de se verificar as especificidades da organização agrária do Sudeste e as suas inter-relações com as demais Regiões, optou-se por um enfoque que, a partir de uma ótica espaço-temporal, privilegie o conjunto das políticas agrárias governamentais, como fator explicativo. Tal posicionamento consubstancia-se no fato de que as políticas econômicas oficiais exprimem, necessariamente, em um momento determinado, as inter-relações antagônicas dos diversos segmentos que integram a sociedade brasileira. Nesse sentido, a análise do conteúdo das estratégias políticas de desenvolvimento da economia agrária brasileira, revelaria, em suas dimensões essenciais, a interdependência das estruturas que compõem, em diversas escalas, o espaço agrário brasileiro. Nesta perspectiva, onde se propõe a análise das formas assumidas pelo setor agrário, na década de 70, em seu processo de expansão quantitativa e diferenciação qualitativa, o Estado é enfocado como entidade regulamentadora, organizada segundo determinados princípios que refletem, essencialmente, interesses econômicos dominantes. A base econômica é, portanto, fundamental, pois determina a forma de organização do Estado. Dessa maneira, o aparelhamento do Estado é o organismo que realiza determinadas tarefas técnico-administrativas, através de uma planificação conseqüente de objetivos determinados. Estes, por sua vez, estão subordinados a interesses não só econômicos mas, também, políticos e ideológicos predominantes.

É nesse sentido que Ianni ressalta a importância da noção de que, embora a economia capitalista envolva um processo de acumulação privada, as “forças produtivas não se organizam, desenvolvem ou reproduzem apenas devido à ação empresarial. Para compreendermos como elas podem ser organizadas dinamicamente e desenvolver-se, é necessário que tenhamos em conta, também, a ação governamental. Este é o âmbito em que se constituem e operam as condições “não-econômicas” indispensáveis à própria organização e reprodução das forças produtivas”. Sendo esta “(...) a principal razão por que o Estado aparece como elemento essencial das relações e estruturas econômicas” e espaciais².

Assim, o Estado atua como elemento fundamental da tendência à homogeneização do espaço, pois cada opção de investimento oficial representa um fator determinante nas condições de desenvolvimento do sistema produtivo e, portanto, da reorganização do espaço. Sob esta ótica o Estado não é uma entidade mediadora, mas antes se apresenta como um “Estado capturado ou não pelas formas mais adiantadas da reprodução do capital para forçar a passagem no rumo de uma homogeneização”³. Nesse processo, portanto, o Estado, instrumento do capitalismo monopolístico, impõe à totalidade a unidade do capital — unidade na descontinuidade — formando um todo estruturado, em função das necessidades do modo de produção dominante.

² IANNI, O. *Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979. p. 6-7.

³ OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(ili)gião*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. p. 29-30.

Desta formulação deduz-se que haveria uma uniformização plena do espaço, que ocasionaria a superação do conceito de “região”, no sentido de que todas apresentariam um igual desenvolvimento de suas forças produtivas. No entanto, esta tendência não se concretiza totalmente, dada a própria natureza do processo de reprodução do capital que, por definição, é desigual e combinada. Dada a persistência do caráter diferenciado no espaço, Oliveira define “região” como sendo um subespaço “onde se imbricam, dialeticamente, uma forma especial de reprodução do capital”, e “onde o econômico e o político se fusionam e assumem uma forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos da reposição”. A especificidade de cada “região” completa-se, pois, num quadro de referência que incluía outras “regiões” com níveis distintos de reprodução de capital⁴.

É sob esta perspectiva que se justifica um estudo que propõe uma análise do setor agropecuário do Sudeste, na qual as diferenciações existentes na organização agrária sejam relevadas como contradições postas e respostas, em escalas diversas, pela variedade de formas específicas assumidas pelo capital em seu processo de reprodução, na formação social, econômica e espacial. Neste quadro o papel do Estado, através de suas políticas oficiais seria, portanto, o de garantir sempre uma racionalização maior do processo de reprodução ampliada do capital.

Tal posicionamento se coaduna com o de Oliveira que considera que a possibilidade da prática de planejamento no capitalismo esteja fundamentada pelas relações de produção que caracterizam tal economia: “desde que o planejamento no sistema capitalista limite-se a recolocar no início do ciclo produtivo os elementos finais que estão no produto, isto é, limite-se a repor os pressupostos da produção capitalista, sua possibilidade é perfeitamente plausível”. Após ressaltar que o planejamento opera em uma economia de mercado como um fator de mudança da forma de mais-valia a ser reposta, no sentido da racionalização da reprodução, o autor adverte que, se “as proporções de alteração da forma de mais-valia que deve ser reposta no início do ciclo produtivo não corresponderem à base real dada pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas, o capital se esterilizará”⁵.

Dadas as considerações tecidas até então, conclui-se que o Estado, em sua prática, não se encontra acima dos diversos segmentos sociais e suas contradições, mas sim que sua composição social exprime os interesses dominantes, dispostos à consolidação, conservação e aperfeiçoamento da estrutura de produção vigente. Neste contexto, este estudo tem por pressuposto básico que o Estado atua no campo através de duas formas complementares, configuradas nas diretrizes das políticas agrícolas oficiais. Por um lado, a presença do Estado se faz cada vez mais necessária no sentido de minimizar as crescentes contradições inerentes à relativa inelasticidade de um modelo econômico adotado, frente a novas exigências de maior participação social. Por outro, este mesmo modelo econômico, que tem por base a grande empresa rural, implica que o Estado invista em uma infra-estrutura que atribua aos grandes empresários maiores benefícios e riscos menores, assegurando

⁴ OLIVEIRA, Francisco de. Op. cit., p. 29.

⁵ OLIVEIRA, Francisco de. Op. cit., p. 24.

a continuidade da ampliação da escala de reprodução do capital agrário, nos moldes atuais.

Assim, a análise das diretrizes gerais das políticas agrícolas oficiais, em um estudo que se propõe a caracterizar, especificamente, a organização agrária da Região Sudeste, justifica-se na medida em que a ação do Estado, objetivando atender às necessidades nacionais, interfere na estruturação de um subespaço, através de opções de investimentos. Neste sentido, as alterações ocorridas na organização agrária de uma determinada região, não dependem, muitas vezes, diretamente de fatores locais, cuja influência, embora relevante, é relativa. Sua explicação, na maioria das vezes, deve ser buscada ao nível da totalidade, configurada no próprio Estado.

Para atingir os objetivos propostos neste estudo estabeleceu-se como unidade de observação a microrregião, e serão privilegiados, na análise, os dados dos Censos Agropecuários de 1970 e 1975, bem como da Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980. A determinação da escala microrregional em um estudo que objetiva a análise da totalidade do espaço rural do Sudeste em seus aspectos sócio-econômico — geográficos, justifica-se na medida em que ela viabiliza a apreensão abrangente das diversas rugosidades concretizadas no espaço pelo capital, de forma desigual e combinada, em seu processo de reprodução. Por ser a microrregião formada por um conjunto de municípios onde, de um modo geral, as atividades econômicas se assemelham, torna-se viável uma sistematização geral, através da identificação e caracterização das formas concretizadas pelo capital no espaço em sua tendência à homogeneização.

O estudo será precedido de uma análise qualitativa das diretrizes políticas agrícolas oficiais, a partir do término da Segunda Guerra Mundial, quando o sistema de planejamento do Estado, é aperfeiçoado, com o surgimento de um plano global de desenvolvimento econômico do País. Será realizado, também, um estudo das transformações ocorridas no setor agropecuário do Sudeste nas décadas de 50 e 60. A análise deste período se justifica tendo em vista que a capitalização do setor agropecuário do País se intensifica sobretudo a partir de meados da década de 50 e que, na segunda metade do decênio seguinte, acentua-se o processo de subordinação da agricultura ao capital.

2 — ASPECTOS GERAIS DA ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA NO PERÍODO 1950-70

A organização agrária do Sudeste caracterizou-se, de modo geral, no período 1950-60, por uma intensificação das transformações que nela vinham ocorrendo desde o decênio anterior, sobretudo, no referente ao processo de mecanização e à expansão das atividades produtivas, particularmente as lavouras. Se no decorrer do primeiro quinquênio da década de 50 as diretrizes das políticas econômicas continuaram sendo baseadas no Plano Salte, que enfatizava a solução do problema do abastecimento alimentar dos centros urbanos, no segundo quinquênio a situação se alterou, com a elaboração do Programa de Metas. Conquanto mantivesse uma política de incentivos à produção voltada ao abastecimento interno, o novo programa ressaltava, como funda-

mental, a necessidade de incrementar a grande produção agrícola comercial destinada à exportação.

Objetivando maior produtividade das atividades agropecuárias e melhor distribuição da produção, considerou-se prioritário o desenvolvimento e o fortalecimento de uma infra-estrutura de apoio ao setor rural. Para tanto o Programa de Metas privilegiou, especificamente, o incremento da triticultura, a criação e a ampliação de armazéns e silos, frigoríficos, matadouros industriais, fertilizantes e a mecanização da agricultura. No referente ao setor agropecuário do Sudeste é, sobretudo, ao desenvolvimento destes dois últimos tópicos que estão relacionadas as alterações mais significativas havidas na sua organização agrária, na década de 50. Assim, no que se refere à mecanização, constatou-se que, nesta Região, houve uma variação de 5.135 para 34.135 tratores, o que representava mais de 50% do total nacional.

Mesmo considerando que, desde esta época, a modernização ressaltava, em muito, desigualdades do setor agropecuário do Sudeste em relação às demais macrorregiões, em escala inter-regional, existiam também diferenciações bastante acentuadas, uma vez que a expansão e intensificação do processo de mecanização não foi uniforme. Conquanto a mecanização da agricultura tenha se dado quase unicamente em São Paulo — em 1960 a agricultura paulista contava com 27.176 tratores — constatou-se que, neste Estado, o aumento em área dos estabelecimentos ocorrido nesta década não foi tão intenso quanto o verificado em Minas Gerais e Espírito Santo. Constituindo-se uma exceção a esta tendência à alteração da malha fundiária do Sudeste, o Rio de Janeiro, cuja produção agropecuária, de modo geral, manteve-se inexpressiva em termos regionais, acusou uma redução da área dos estabelecimentos.

Nesta década registrou-se, ainda, no Sudeste, um aumento em quase 1.600.000 hectares de lavouras, o qual, embora expressivo, não foi o mais intenso do País, da ordem de 9.617.152 hectares. A natureza de tal incremento, observado no Sudeste, apresentou variações bastante significativas segundo os diferentes Estados. Em São Paulo, o aumento da produção agrícola se deu, sobretudo pela intensificação do processo produtivo, tendo em vista que, neste Estado foi bastante significativo o incremento do emprego de técnicas modernas no setor agropecuário. Já em Minas Gerais e, em menor escala, no Espírito Santo, o crescimento da produção se deveu, basicamente, à expansão horizontal da área dos estabelecimentos, uma vez que as atividades agropecuárias permaneceram sendo praticadas, primordialmente, em moldes extensivos.

Constatou-se que as referidas alterações espaciais foram permeadas por um processo de substituição de culturas, bem como pelo desenvolvimento de novos cultivos. Dado o caráter empresarial que, já nesta década, individualizava grande parte do setor agropecuário do Sudeste, houve uma implementação de culturas de maior valor comercial, muitas vezes em detrimento de algumas que, embora tradicionais, apresentavam menor rentabilidade. Assim, sobretudo em São Paulo, houve uma retração na produção do arroz, do feijão e do milho, e desenvolveu-se, significativamente, a cultura canavieira, a cafeicultura e a fruticultura cuja produção, embora em grande medida objetivasse o mercado interno, tinha um elevado peso na pauta de exportação do País.

Nos anos 50 a 60 a pecuária bovina, cuja produção se destinava tanto ao consumo interno como ao mercado externo, revelou, também, um desempenho positivo, com crescimento do rebanho em todos os Estados. Mesmo tendo sido significativo o aumento registrado em São Paulo — 1.409.047 cabeças — neste particular foi Minas Gerais que figurou com maior destaque, com uma variação absoluta de 2.335.518 cabeças. Tal fato é, em grande medida, justificável, uma vez que a atividade pecuária continuava sendo praticada de forma extensiva. Neste sentido, Minas Gerais, sendo o Estado da Região com maior disponibilidade de terras e, em sua maioria, revestidas por pastagens naturais, se adequava plenamente ao desenvolvimento da pecuária, considerando a forma como esta era praticada.

Estas alterações de ordem qualitativa e quantitativa até então observadas refletiam, em parte, os objetivos globais das políticas do Programa de Metas para o setor agropecuário e, concomitantemente, implicaram em alterações no quadro das relações de produção prevalentes na agropecuária. Verificou-se, por exemplo, no Sudeste, um aumento do número total do contingente de produtores e pessoal ocupado, sendo que em Minas Gerais e São Paulo, onde se registraram os mais significativos incrementos das atividades agropecuárias, ocorreram as mais relevantes alterações no quadro geral de produtores, com elevado aumento dos proprietários e arrendatários⁶. Em relação ao pessoal ocupado, constatou-se um aumento expressivo na categoria dos responsáveis e membros não remunerados da família, o que se relaciona com a expansão das unidades familiares de produção em regime de parceria, arrendamento e ocupação.

Registrou-se, também, um aumento do número total das demais categorias de pessoal ocupado, embora menos significativo que o verificado em relação aos responsáveis e membros não remunerados da família. Tal situação se relaciona ao fato de que, embora o processo de modernização da agricultura havido nestes anos tenha sido bastante expressivo, o emprego de tecnologia moderna no processo de produção dos estabelecimentos não foi tão generalizado a ponto de ocasionar uma redução absoluta da mão-de-obra empregada. Nesta década, pelo contrário, a expansão das atividades produtivas no setor agropecuário ocasionou um incremento da demanda de trabalho manual, refletido no aumento do número total de pessoas ocupadas.

Assim, na década de 50, apesar de no primeiro quinquênio vigor o Plano Salte, é sob o Programa de Metas, que ocorram as maiores alterações na organização agrária do Sudeste. Ressalte-se, ainda, que neste último Programa, a agricultura se encontrava, em termos de prioridades, em uma posição subsidiária a dos demais setores. No entanto, as significativas alterações em alguns aspectos da organização agrária, na década de 50, que incorreram em um expressivo aumento da produtividade agrícola, se associa à essencialidade do setor como gerador de divisas destinadas, em grande parte, a financiar o desenvolvimento dos demais setores.

Na década de 60, as políticas oficiais para o setor agropecuário reiteravam medidas para acelerar o processo de modernização das práticas agrícolas. Durante o primeiro governo da década de 60, quando

⁶ Estão incluídos, nesta última condição, os produtores parceiros, que não foram pesquisados separadamente pelo Censo Econômico de 1950 e pelo Censo Agrícola de 1960.

vigorou o Plano Trienal as preocupações com o setor agrário centralizavam-se na necessidade de se implantar e aperfeiçoar uma infraestrutura para o setor agropecuário, o que revelava uma continuidade com relação aos planos anteriores, e na desconcentração da estrutura fundiária, para o que considerava premente a implantação de uma reforma agrária. A partir de 1964, no decorrer dos Governos Castelo Branco e Costa e Silva, quando foram elaborados o Plano de Ação Estratégica do Governo (PAEG) e o Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) procurou-se enfatizar a imprescindibilidade de se promover uma dinamização ainda maior do setor agropecuário, com o fito de atender as solicitações cada vez maiores do mercado interno, e de participar, de forma mais atuante, no comércio externo do País, no qual as exportações desempenhavam papel fundamental no processo de desenvolvimento⁷.

Para a consecução de tais objetivos, que se alicerçavam numa intensificação do processo de capitalização no campo, foi adotada uma política de incentivos que privilegiava, de forma particular, as médias e grandes propriedades. Como resultado de tais orientações, aumentaram, nesta década, as desigualdades regionais, apresentando o Sudeste uma agricultura empresarial com um elevado nível de tecnificação que a distanciava, ainda mais, das outras Regiões no referente ao processo de produção.

Nestes termos, constatou-se que o número de tratores sofreu incrementos nos diversos Estados da Região. Tal como já verificado na década anterior, São Paulo continuou a manter um ritmo de intensificação da atividade agropecuária ainda mais acentuado, concorrendo para aumentar, também, a nível intra-regional, as disparidades já constatadas. Pode-se ter uma idéia da posição privilegiada de São Paulo, neste particular, quando se observa que, do aumento de tratores ocorrido na Região, que foi de 48.382 unidades, 40.037 pertenciam a este Estado.

Os estabelecimentos acusaram, igualmente, aumentos expressivos em número e área, mas foi observada uma tendência diferente em relação ao decênio anterior. Uma vez que as políticas oficiais, a partir de 1964, privilegiavam os médios e grandes estabelecimentos, o incremento dos mesmos em número foi bem menor do que o observado nos anos 50 a 60, ao contrário do ocorrido com relação à área. Com isso, durante o período 1960 e 1970, o processo de concentração fundiária, que foi bastante intenso na totalidade espacial brasileira, se refletiu em termos de Sudeste, nos Estados do Espírito Santo e São Paulo, onde houve uma expansão significativa da área total dos estabelecimentos. Este crescimento espacial das unidades produtivas, ocorrido também nos Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro não foi acompanhado da área das lavouras, que acusou uma redução de 429.837 hectares.

Tal resultado deveu-se, basicamente, ao vertiginoso decréscimo ocorrido na área das lavouras permanentes, da ordem de 1.159.761 hectares, o qual não foi compensado pelo aumento verificado em relação às temporárias, que foi de 729.924 hectares. O programa de

⁷ Ao lado destes Planos, que enfocavam a economia como um todo, não se pode deixar de mencionar a atuação do Grupo Executivo da Racionalização da Cafeicultura (GERCA), cuja programação, iniciada em 1962, concorreu para alterar, substancialmente, o quadro agrário de vastas extensões da Região, na década em estudo.

erradicação de cafezais antieconômicos posto em prática pelo Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA), que só no Sudeste eliminou cerca de 1 milhão de pés de café foi o fator fundamental desta redução da área de lavouras permanentes. Tanto assim que, com relação aos demais produtos deste tipo de lavoura, onde a fruticultura continuou a predominar, poucos foram os casos de redução de suas áreas. Pôde-se constatar que, no referente às culturas das frutas cítricas e do caqui, ocorreram aumentos de produção bastante expressivos. O Estado de São Paulo figurou como o que apresentou maior redução da área de lavouras permanentes, que foi da ordem de 535.972 hectares. Porém, em face do excepcional desempenho das lavouras temporárias, que apresentaram aumento de 503.664 hectares, foi o Estado onde a área total das lavouras sofreu menor redução.

Uma comparação entre os tipos de cultura revela que, na década em estudo, foi a lavoura canavieira que, no Sudeste, serviu para contrabalançar as enormes perdas ocorridas com o café, particularmente em São Paulo, onde se observou um aumento de mais de 16 milhões de toneladas, muito superior ao verificado nos demais Estados. O fato de que alguns produtos da lavoura temporária, como o arroz, o feijão e a mandioca tenham tido sua produção diminuída revelou uma continuidade do processo de substituição de culturas, já observado na década de 50. Estas reduções, se relacionadas com os grandes progressos apresentados pelas culturas canavieiras e de frutas, e com o recrudescimento de novas culturas como o trigo e a soja, indicam que a agricultura do Sudeste, mais particularmente a de São Paulo, tende a se especializar em produtos destinados ao setor industrial.

A atividade pecuária, também, apresenta nesta década um incremento bastante expressivo, tendo Minas Gerais, com um total de 15.140.493 cabeças de gado bovino e São Paulo com 9.110.633, aumentado, significativamente, seu rebanho, em números absolutos. Em termos relativos o Espírito Santo apresentou uma variação de mais de 100% em seu rebanho, distanciando-se, neste particular, dos demais Estados do Sudeste, cujas variações não chegaram a 30%. Este aumento da atividade pecuária e da lavoura, nos anos 60 e 70, insere-se em um quadro amplo, no qual — através do PAEG e PED — a agricultura fora considerada como um dos setores estratégicos, para o qual foram elaborados determinados instrumentos de estímulos e intervenção, visando à correção da então considerada crônica inelasticidade da oferta de produtos agropecuários destinados a mercados internos e/ou externos.

No entanto, o sistema de crédito subsidiado, criado no sentido de incrementar a produção agropecuária, gerou, entre outros fatores, o forte desenvolvimento da produção de alto valor comercial, voltada sobretudo à exportação e, em contrapartida, a deterioração da produção, destinada ao mercado interno. Tal situação acarretou alterações no regime de exploração da terra, que revelou tendência para o aumento das propriedades e das ocupações em detrimento das formas indiretas de exploração da terra. Com relação a estas últimas, os resultados foram diferenciados a nível estadual pois, enquanto em Minas Gerais o número de parceiros reduziu e o de arrendatários aumentou, em São Paulo e Rio de Janeiro tal situação se inverte. Já no Espírito Santo, há uma redução generalizada das formas indiretas de exploração da terra.

Em estreita correlação com essas alterações na composição do contingente de produtores houve, no mesmo período, alterações no quadro do pessoal ocupado, que acusou uma redução em seu número total. Tal situação se justifica em face do nível alcançado pelo processo de modernização da agricultura que vinha se intensificando e se expandindo, sobretudo, a partir de meados da década de 50, e que, até então, só tinha ocasionado uma redução relativa do pessoal ocupado na agricultura. Com a intensificação do processo de tecnificação da agricultura na década seguinte, houve, por parte das empresas rurais, uma tendência ao privilegiamento do emprego de formas de trabalho assalariado, sobremaneira as temporárias.

O aumento também registrado nesta década, da categoria, responsáveis e membros não remunerados da família, se correlaciona tanto com a redução absoluta da mão-de-obra que antes era utilizada nos estabelecimentos, como também com o processo de concentração fundiária ocorrido na década. Em consequência da retração das oportunidades de trabalho, antigos trabalhadores e produtores, tendem, em parte, a migrar, e, em parte, a ocupar, no próprio Sudeste, determinadas glebas para serem exploradas em regime de trabalho familiar. Registre-se, ainda, que o aumento dos responsáveis e membros não remunerados da família deveu-se, também, a um incremento de pequenas unidades de produção de caráter nitidamente capitalista, voltadas essencialmente ao abastecimento dos centros urbanos.

Conforme foi visto, no período 1950 e 1970, ocorreram profundas alterações na organização agrária do Sudeste que, embora se dessem de maneira contínua, variaram de intensidade ao longo destes anos. Tais alterações estão subordinadas à forma assumida pelo capital em seu processo de reprodução no campo, forma esta respaldada e incentivada por políticas agrárias oficiais, que expressam interesses econômicos predominantes em cada período. Ressalte-se, ainda, que a individualização desta reorganização do espaço rural do Sudeste, entre 1950 e 1970, consistiu num processo constante de expansão, em número e área dos estabelecimentos que, na maior parte, deu margem a uma concentração fundiária em permeio com um processo de modernização agrária; em estreita correlação com estes processos, que incorreram num rearranjo das atividades produtivas, verificaram-se, conseqüentemente, alterações nas relações de produção.

As conseqüências sociais advindas deste quadro geral de transformações vão acentuar-se ainda mais na década de 70. Isto porque as diretrizes das políticas oficiais para o setor agropecuário, continuaram a focar a questão agrária como sendo apenas uma questão de insuficiência produtiva, de carência de infra-estrutura para armazenagem e distribuição da produção minimizando completamente a questão social do campo.

3 — EVOLUÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA NA DÉCADA DE 70

A dinâmica da agricultura na década de 70, está em estreita correlação com as diretrizes das políticas agrícolas adotadas em meados do decênio anterior que, a partir deste período, apresentaram poucas alterações substanciais. Desde 1964, os responsáveis pela execução de

tais políticas se integram na linha de pensamento econômico que preconiza um maior estreitamento das relações internacionais de interdependência e complementaridade da economia brasileira. Na consecução desses objetivos político-econômicos elaboraram-se diversos planos de desenvolvimento que, diferentemente daqueles que prevaleceram antes do Governo Castelo Branco, apresentavam, essencialmente, um enfoque técnico-administrativo. Apesar disso, tais planos reproduzem determinadas relações e estruturas políticas que determinam e conservam certas condições não-econômicas de produção, apropriação e disposição de excedentes econômicos que, em síntese, expressam novos tipos de relacionamentos entre o Estado e a economia, que passam a predominar a partir do período pós-64.

No que se refere aos anos 70 e 80, foram elaborados quatro planos que continham as metas e os objetivos a serem alcançados nos diferentes setores da economia naquele período: o Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social (1967-76), o Plano de Metas e Bases para a Ação do Governo (MEBAG, 1970-73), I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND, 1972-74) e II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND, 1975-79). Especificamente, no que concerne à política agrícola, as diretrizes implícitas no primeiro desses planos, nunca chegaram a ser postas em prática. A não concretização das determinações contidas no Plano Decenal se associa a uma série de problemas ligados à conjuntura política da época, como o fim do período governamental em que tal Plano foi elaborado, o que implicou em uma reorganização das forças políticas dominantes. Ressalte-se que essas últimas, embora rearticuladas, se mantiveram como expressão dos mesmos segmentos sociais que originaram os governos a partir de 1964, não se registrando portanto, qualquer descontinuidade quanto à adoção das orientações econômicas que já vinham sendo preconizadas desde aquele período.

Já o MEBAG, para o período 1970-73, se individualiza dos demais pelo seu caráter setorializado, contendo apenas alguns projetos considerados como prioritários. De fato, no período Médici, optou-se, de início, pela não apresentação das estratégias de ação político-econômicas de forma globalmente estruturada, mas, já em 1971 tal orientação seria abandonada. Tendo sido formalmente apresentado o I PND, os objetivos e metas das ações de planejamento eram demonstrados de modo a abranger a sociedade brasileira como um todo.

Em seqüência ao I PND (1972-74), elaborou-se, já no período Geisel, o II PND (1975-79) que, tal qual o primeiro destes Planos em relação ao MEBAG reafirma, em referência ao primeiro dos PND's, uma mesma continuidade quanto às questões fundamentais da política econômica. Substituíram-se apenas "(...) alguns instrumentos anteriormente propostos, aperfeiçoando outros ou criando novas políticas de intervenção consideradas mais eficientes da ótica da racionalidade do planejamento como também visando a atender as considerações de ordem prática decorrentes das transformações que se operavam na conjuntura internacional daquele período"⁸.

Nestes termos justifica-se a opção de, na análise da organização agrária, nesta década, ater-se somente ao estudo do I e II PND's, visto que os mesmos contêm uma elaboração mais completa no que se refere

⁸ LEWIN, H. A temática do "mundo rural" nos planos brasileiros de desenvolvimento econômico. *Debate e Crítica*, São Paulo, (4): 83-105, nov. 1974.

às metas, aos meios e aos objetivos econômicos dos governos que atuaram na década de 70. Além disso, o fato de serem apresentadas determinadas estratégias político-econômicas sob a forma de um planejamento global, permite que, em uma análise que se refere objetivamente a um determinado setor econômico — no caso deste estudo, ao agropecuário —, se apreenda, de forma mais completa, as características das relações recíprocas entre os fatores determinantes que compunham o processo de produção dominante naquela década.

Pouco diferindo em relação às diretrizes das políticas agrícolas que preconizavam, tanto o I quanto o II PND se caracterizaram por uma orientação que objetiva não uma atuação a nível de qualquer mudança de estruturas sociais, mas antes garantir o desenvolvimento extensivo e intensivo do modo de produção dominante no campo. Na consecução deste processo, ao Estado cabia a criação de condições favoráveis, destinadas a atrair um maior volume de investimentos no setor agropecuário, com o intuito de criar e/ou desenvolver empresas privadas, nacionais ou estrangeiras. Para tanto, os investimentos estatais eram canalizados para a formação de uma infra-estrutura, visando a racionalização, ampliação ou mesmo a implantação de mecanismos destinados a agilizar a comercialização e distribuição dos produtos agropecuários.

Outra forma de atuação do Estado para implantar essa política de intensificação e expansão de uma agricultura comercial de médio e grande porte foi a criação de um sistema de incentivos fiscais e creditícios destinados a financiar investimento, custeio e a comercialização de produtos, bem como o desenvolvimento da pesquisa tecnológica. No estabelecimento de meios que garantissem a concretização dos objetivos de desenvolvimento do setor agropecuário, preconizados pelos dois PND o Governo Federal procurou assegurar a rentabilidade da exploração agrária pelo desenvolvimento de setores de alta elasticidade-renda, em concomitância com um incentivo às exportações.

No final da década de 60 registraram-se dois fatos, um de ordem externa e outro de ordem interna, que foram fundamentais ao desenvolvimento da agricultura comercial de exportação, ocorrido no decênio posterior. Em 1968, não só se implantou, no Brasil, o sistema de minidesvalorização cambial como, também, se verificou o início de uma tendência favorável à elevação dos preços dos produtos agropecuários no mercado internacional. “Estes dois acontecimentos favoreceram o nosso setor agrícola de exportação, o primeiro reduzindo o risco envolvido na remuneração real a ser obtida, e o segundo, elevando essa remuneração real, pelo menos para alguns produtos. Desse modo as conseqüências seriam no sentido da elevação do preço dos produtos exportáveis em relação aos de mercado interno. A previsão econômica, portanto, seria de expansão do setor exportador, em relação ao setor produzindo alimentos para o mercado interno”⁹.

Na década de 70 acentuaram-se, definitivamente, as condições propiciadoras da ampliação da escala do processo de reprodução do capital no campo, sobretudo, a partir de 1974, quando a agricultura passa a representar um item fundamental no ajustamento da economia brasileira, mediante um incremento ainda maior das exportações. Ao

⁹ MELO, F. Homem de. A agricultura nos anos 80; perspectivas e conflitos entre objetivos de política. *Estudos Econômicos*, São Paulo, 10(2):57-101, maio/ago. 1980. p. 68-9.

lado daqueles fatores verificados no fim dos anos 60, uma série de novos fatores favoreceram diretamente tal processo como, por exemplo, a insuficiência do valor das exportações na manutenção da política de substituição de importações (a partir de 1971), elevação do preço internacional do petróleo (1973) e, conseqüentemente, dificuldades de colocação de produtos industrializados, de base não agrícola, em mercados internacionais, devido à política protecionista adotada por diferentes países.

Neste contexto, dado que o processo de acumulação, caracterizado pela intensa concentração e centralização do capital, baseava-se em um mercado interno restrito, tornava-se necessário buscar o mercado externo para a manutenção do modelo adotado. Assim, o Estado, com base nas metas contidas nos dois primeiros PND's favoreceu ainda mais a instalação e a ampliação de empresas agropecuárias médias e, sobretudo, grandes e muito grandes¹⁰.

Como conseqüência, considerando-se a totalidade do espaço brasileiro, na década de 70, foi expressivamente maior o aumento da área dos estabelecimentos, que apresentou uma variação absoluta da ordem de 75.442.406 hectares; neste particular, foram as unidades produtivas de 10.000 hectares e mais as que figuraram com mais significativo aumento, tendo seu total se ampliado de 36.190.429 para 63.545.030 hectares. Sob o estímulo do programa oficial de incentivos, foi, também, nesta década que a demanda de máquinas e equipamentos agrícolas tomou maior impulso, a ponto de, nesse dez anos, o número de tratores utilizados no setor agropecuário, ter aumentado de 165.870 para 530.691 unidades. A intensificação de algumas características do processo de capitalização do espaço rural brasileiro incorreu na continuidade do processo de expropriação de pequenos produtores, principalmente em regime de arrendamento e parceria, e no aumento do efetivo de ocupantes (Tabela 1).

TABELA 1

NÚMERO E ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS, SEGUNDO A CONDIÇÃO DO PRODUTOR — BRASIL — 1970-1980

CONDIÇÃO DO PRODUTOR	ÁREA E NÚMERO DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS					
	1970			1980		
	Área total	Número de estabelecimentos	Área média	Área total	Número de estabelecimentos	Área média
Proprietário.....	254 442 898	3 094 861	82,21	319 037 425	3 316 446	96,20
Arrendatários.....	13 740 860	637 600	21,55	14 616 476	600 647	24,33
Parceiro.....	4 781 440	380 191	12,58	5 533 051	332 047	16,66
Ocupante.....	21 197 268	811 367	26,12	26 579 581	898 184	29,59

FONTE — Censo Agropecuário do Brasil 1970 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

¹⁰ De acordo com Alberto Passos Guimarães. "(...) entre 75% e 90% do valor dos créditos concedidos vão para a mão dos grandes e médios proprietários de estabelecimentos agropecuários". GUIMARAES, Alberto P. A crise agrária. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. p. 308.

Na medida em que se acentuou e se generalizou o processo de expropriação dos pequenos produtores, parte deles foi aumentar o contingente de força de trabalho, comumente assalariada, de baixo custo, à disposição dos empreendimentos agropecuários. O efetivo dessa mão-de-obra, que só é utilizada em determinados períodos do ano, vem sendo crescente, o que tem levado à deterioração de suas condições de existência; muitos dos antigos produtores de subsistências, não tendo mais condições de determinar os níveis de produção necessários à reprodução de sua mão-de-obra, vão permanecer sujeitos às leis de mercado de trabalho.

Principais beneficiárias desse processo de expropriação, as empresas agropecuárias tanto dispuseram de condições de incorporar ao seu espaço produtivo as terras que antes eram trabalhadas por pequenos agricultores, como passaram a contar com um expressivo contingente de mão-de-obra que se constituiu em um dos fatores que viabilizaram a expansão/intensificação do processo de produção capitalista no campo, na década de 70. Simultaneamente a esse processo de expropriação e apropriação, o desenvolvimento do capitalismo rural beneficiou-se ainda da expansão de vias de transportes, do aperfeiçoamento das políticas dos preços mínimos e da ampliação do sistema de crédito para custeio e investimento. Considere-se, também, que a participação dos subsídios oficiais nos preços finais de alguns insumos, como fertilizantes e máquinas, foi ainda maior nesta década, comparativamente com a de 60.

4 — TRANSFORMAÇÕES NA ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA DO SUDESTE

Como pólo hegemônico da formação sócio-econômica brasileira, foi no Sudeste que o sistema de incentivos oficiais com que contaram as empresas agropecuárias adquiriu plena expressão na última década. Pela leitura dos planos de atuação governamental conclui-se que os objetivos específicos para o Centro-Sul estão bem próximos aos objetivos gerais preconizados para a totalidade do espaço rural brasileiro. Tanto assim que objetivava-se para aquela Região — espaço onde está contido o Sudeste — o desenvolvimento de uma agricultura moderna de base empresarial com apoio fiscal e financeiro do governo, com vista a atingir níveis de competitividade internacional para todos os seus principais produtos. Considerando-se que nos dois PND's a política de expansão das fronteiras agrícolas é especificada como objetivo prioritário para as demais Regiões — Norte, Nordeste e Centro-Oeste —, é patente a importância do Centro-Sul, e do Sudeste, em particular, na consolidação das metas globais de políticas agrárias do Brasil, na década de 70.

Nestas condições, as características das alterações verificadas na organização agrária do Sudeste estão em estreita correlação com o elevado nível de maturação que o capital atingiu nesta Região. Assim, a análise dos dados referentes à variação em área e número dos estabelecimentos revelou que, tal qual o ocorrido a nível do País, houve na totalidade do espaço rural desta Região, no último decênio, uma tendência à concentração fundiária, tanto devido à redução do número dos estabelecimentos, como em consequência da expansão da área dos mesmos (Tabela 2).

TABELA 2

VARIAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA DO NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS, SEGUNDO CLASSES DE ÁREA — REGIÃO SUDESTE — 1970-1980

CLASSE DE ÁREA	ESTABELECIMENTOS RURAIS							
	Número				Área			
	Total		Variação		Total		Variação	
	1970	1980	Absoluta	Relativa	1970	1980	Absoluta	Relativa
TOTAL	928 586 (1)	890 173 (1)	-38 413	-4,3	69 500 950	73 973 813	4 472 863	6,4
0 í— 10 ha....	310 210	291 320	-18 890	-6,1	1 551 490	1 390 211	-161 279	-10,4
10 í— 100 ha....	484 796	458 437	-26 359	-5,4	17 015 567	16 263 639	-751 928	-4,4
100 í— 1 000 ha....	125 834	131 649	5 815	4,6	32 489 860	34 299 388	1 809 528	5,6
1 000 í— 10 000 ha....	7 604	8 536	932	12,3	15 713 543	17 530 542	1 817 000	11,6
10 000 ha e mais.....	142	231	89	62,7	2 730 500	4 480 033	1 750 533	64,4

FONTE — Censo Agropecuário do Brasil 1970 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

(1)Foram excluídos os estabelecimentos sem declaração de área.

Analisando-se o comportamento dessas variáveis verifica-se a existência de uma relação entre a amplitude das variações relativas e a classe de área dos estabelecimentos: quanto menor era a unidade produtiva, maior foi a sua redução em número e área; inversamente, quanto maior era o estabelecimento maior o seu aumento. Esse quadro parece, pois, vincular-se à política oficial de incentivo à instalação e/ou expansão de empresas agropecuárias médias e, sobretudo, grandes, que desencadeou um expressivo processo de concentração fundiária na Região na década de 70. Ao lado das alterações na malha fundiária modificou-se também, o quadro relativo à condição dos produtores, registrando-se uma redução no número total do contingente (Tabela 3).

TABELA 3

VARIAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA DO NÚMERO DE PRODUTORES, SEGUNDO A CONDIÇÃO DO PRODUTOR — REGIÃO SUDESTE — 1970-1980

PRODUTORES	TOTAL DE PRODUTORES DA REGIÃO SUDESTE			
	Número absoluto		Variação	
	1970	1980	Absoluta	Relativa
TOTAL	928 945	892 532	-36 413	-3,9
Proprietário.....	713 273	704 597	-8 676	-1,2
Arrendatário.....	79 960	61 380	-18 580	-23,2
Parceiro.....	72 172	62 295	-9 877	-13,7
Ocupante.....	63 540	59 710	-3 830	-6,0
Sem declaração.....	—	4 550	—	—

FONTE — Censo Agropecuário do Brasil 1970 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

Tal comportamento, comum a todas as condições dos produtores, é apenas uma das diferentes expressões de uma mesma relação: a do desenvolvimento da produção capitalista, e o conseqüente processo de concentração fundiária, em concomitância com a intensificação do progresso produtivo nas empresas agropecuárias. Neste contexto, as reduções registradas entre os produtores que eram ocupantes, parceiros e pequenos arrendatários, evidenciariam uma valorização das atividades produtivas. Tanto os médios como, sobretudo os grandes empresários, procuraram incorporar ao espaço produtivo de seus estabelecimentos áreas não produtivas, e/ou recuperar pequenas glebas até então exploradas por ocupantes, parceiros e arrendatários não tipicamente capitalistas.

Mesmo o arrendamento capitalista acusou reduções no Sudeste como resultado necessário da acumulação do capital em poucas mãos, visto que, no capitalismo monopolístico, tende a desaparecer a diferença entre capitalistas e aqueles que vivem da renda da terra. Nesse sentido, nesta fase o capitalista, geralmente, é também, o proprietário das terras, embora possam persistir muitos estabelecimentos que permanecem explorados sob a forma de arrendamento.

No que concerne às unidades produtivas exploradas por proprietários, embora tivessem diminuído em número, foram as únicas cuja participação percentual aumentou em relação ao número total de estabelecimentos, passando de 76,8%, em 1970, para 78,9%, em 1980. A redução do número de proprietários seria, assim, também justificada pelo caráter monopolístico do processo de produção capitalista, na medida em que ao lado de uma acumulação capitalista limitada a um número de pessoas há, no referente ao setor agrário, uma tendência a um processo de concentração fundiária. Assim, o desencadeamento deste processo, estimulado por determinações político-econômicas, trouxe conseqüências sociais de grande importância, uma vez que foi bastante expressivo o número de ocupantes, arrendatários, parceiros e pequenos proprietários e, até mesmo o de médios, e, por vezes, grandes proprietários, que se viram na contingência de abandonarem ou venderem seus estabelecimentos.

Em síntese, os empreendimentos capitalistas no Sudeste, na década de 70, definem-se, de modo geral, por serem grandes propriedades — algumas vezes médias — onde em certas etapas do processo produtivo são empregados métodos intensivos, dado o uso mais generalizado de tecnologias agrícolas modernas, tanto no referente aos insumos, como às máquinas. No que se refere a estas últimas, enquanto em 1970 existiam no Sudeste um total de 82.517 tratores, em 1980 tal número era da ordem de 198.809, representando, portanto, um acréscimo de 140,9%. Essa maior mecanização da agricultura ocorreu, também, em função do “pacote” de políticas de incentivos à instalação e/ou à ampliação das empresas agropecuárias, que visavam modernizar a agricultura no Sudeste através de um processo de tecnificação.

Como diretrizes dessas políticas não discriminavam, especialmente, a aquisição de máquinas como item prioritário, mesmo sem se dispor de dados, pode-se afirmar que, a essa mecanização processada no campo, correspondeu uma maior utilização de tecnologias de outra natureza (biológica, química, etc.). Por outro lado, a uma intensificação do uso destas tecnologias, geralmente, corresponde uma maior mecanização na medida em que “(...) a maior utilização de máquinas contribuiria para a diminuição do risco associado a essas tecnologias, risco esse

que passaria a existir em maior intensidade em função das maiores exigências dessas tecnologias, inclusive em termos de práticas culturais mais cuidadosas e períodos mais limitados, em comparação a uma contínua dependência com relação à contratação de mão-de-obra externa à propriedade”¹¹.

Como conseqüência das variações apresentadas pelos diferentes fatores já analisados, houve um desenvolvimento bastante significativo das atividades agropecuárias produtivas no Sudeste, na última década. Assim, as áreas em lavouras registraram um significativo aumento: as temporárias, variaram em 15,1%, uma vez que, em 1970, ocupavam um total de 7.439.430 hectares e, em 1980, sua área era de 8.563.727 hectares, enquanto as permanentes, no mesmo período, variaram em 63,6% tendo passado de um total de 2.172.973 para 3.555.477 hectares. Mesmo sem se dispor de dados relativos à área em pastagens, supõe-se também tenha ocorrido um aumento das mesmas nesta década. Tal suposição é, em parte, consubstanciada no aumento do efetivo de bovinos que, de um total de 26.845.044, em 1970, passou em 1980, para 34.742.174 de cabeças, variando, portanto, em 29,4%. Em estreita correlação com esse aumento do número total de bovinos, dois outros fatores, bastante significativos, vêm em apoio à hipótese de que a pecuária tenha competido, na década de 70, com outras atividades produtivas no uso da terra. Por um lado, neste decênio, o mercado internacional da carne bovina apresentou preços favoráveis o que, por si só, já estimulava o incremento da pecuária visando à exportação. Por outro lado, exatamente no intuito de estimular a exportação, um dos itens explicativos como prioritário nos dois PND's, foi a pecuária, o que, juntamente com uma conjuntura internacional favorável contribuiu ainda mais para o incremento desta atividade.

Embora tenha havido uma expansão das atividades agropecuárias no Sudeste, tal desenvolvimento teve uma abrangência limitada. Em primeiro lugar, essa limitação deu-se a nível dos estabelecimentos, uma vez que, de um modo geral, os pequenos e, até mesmo médios, ficaram alijados do sistema oficial de créditos subsidiados, destinado a estimular a produção. Em segundo, essa restrição ocorreu a nível de produtos, pois o incremento do uso de tecnologias visando à modernização do setor rural — uma das metas da política oficial —, concentrou-se, principalmente, nas culturas de exportações, em detrimento dos cultivos de produtos destinados ao abastecimento do mercado interno.

As conseqüências sociais, inerentes a esse crescimento econômico limitado, expressam-se entre outros problemas, na questão da reabsorção, pelo mercado de trabalho, do contingente de mão-de-obra. É fato que, em função do uso social que se faz das técnicas, no modo de produção capitalista há, com a maior tecnificação da agricultura, um aumento da sazonalidade do emprego da mão-de-obra rural, e uma redução, não só relativa, mas também, absoluta do número de pessoas ocupadas nos estabelecimentos, o que, conseqüentemente, provoca aumento da oferta de mão-de-obra. A situação deste contingente de trabalhadores agrava-se ainda mais quando, simultaneamente a um maior tecnificação, há um processo de concentração fundiária, na medida em que este último traz, como contrapartida, um processo de

¹¹ MELO, F. Homem de. A agricultura nos anos 80: perspectivas e conflitos entre objetivos de política. *Estudos Econômicos*, São Paulo, 10(2):57-101, maio/ago. 1980. p. 63-4.

expropriação. Assim, embora o contingente do total de pessoal ocupado tenha aumentado no Sudeste de 3.959.463 trabalhadores, em 1970, para 4.306.136, em 1980, mesmo sem dispor de dados relativos às diferentes categorias de pessoal ocupado, pode-se afirmar que houve um aumento da temporalidade do trabalho agrícola e da oferta de força de trabalho.

Em síntese, devido às orientações das políticas oficiais, que visavam à modernização da economia rural através de um aumento da composição técnica e orgânica do capital, registrou-se, no Sudeste, na década de 70, um crescimento econômico real do setor agropecuário. Todas essas transformações processadas na organização agrária dessa Região, na década de 70, são a expressão plena, no setor agropecuário, do modelo de desenvolvimento econômico adotado a partir de meados da década de 60, cujas diretrizes contidas nos dois primeiros PND's sistematizam os objetivos dos segmentos sociais dominantes. Tendo sido essa Região a maior beneficiária dos estímulos oficiais que visavam à modernização da economia agrária, ocorreu nela um expressivo processo de concentração e centralização do capital que refletiu em uma tendência à homogeneização do seu espaço rural. Esta tendência se deu de tal forma que foi nesta Região que ocorreu uma concretização maior das diretrizes sócio-econômicas previstas nos Planos de Desenvolvimento considerados; concretização esta expressa espacialmente por uma integração ampla e intensa da economia agrária regional, com base na industrialização de uma produção, em consequência de um relevado aumento da composição técnica e orgânica do capital no processo produtivo das médias e grandes empresas rurais.

4.1 — Transformações na organização agrária do Sudeste: uma análise a nível microrregional

Mesmo que certas características gerais possibilitem qualificar o Sudeste como espaço homogêneo, persistem, na Região, diferenciações, visto que, no processo de produção capitalista não foi incorporada, de modo uniforme, a totalidade do espaço rural. Tais diferenciações podem ser entendidas, seja pelas características preexistentes na Região, seja pelos diferentes níveis de maturação que o capital pode apresentar nos diversos segmentos do espaço geográfico que a compõe. Neste sentido, procurar-se-á, identificar, através de uma análise em escala microrregional, as possíveis diferenciações quanto às transformações ocorridas na organização agrária do Sudeste na década de 70. Para tanto, além dos dados até aqui utilizados, analisar-se-ão, também, aqueles referentes aos diversos tipos de culturas temporárias e permanente, contidos na publicação Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1975 e na de 1980.

Além da ausência dessa publicação em 1970, a limitação da análise ao último quinquênio da década de 70 deve-se, também, ao fato de que o levantamento dos dados na PAM, por se basear numa sistemática metodológica diferente daquela adotada nos Censos Agropecuários, não viabiliza a comparabilidade entre as variáveis utilizadas. Na ausência dos dados definitivos do Censo Agropecuário de 1980, a inclusão daqueles publicados pela PAM, justifica-se, por um lado, pela própria natureza do trabalho, uma análise da organização agrária do Sudeste que sem informação sobre o comportamento da produção ficaria incompleta. Por outro lado, uma vez que as orientações prioritárias das

diretrizes político-econômicas para o setor agropecuário privilegiam a grande produção comercial destinada sobretudo à exportação, torna-se fundamental, na análise, o recurso às informações referentes às lavouras temporárias e permanentes praticadas na Região, mesmo que estas reflitam apenas uma tendência quanto ao desenvolvimento de cada cultivo. Procedeu-se, ainda, a uma seleção dos principais cultivos regionais, conforme se destinassem aos mercados interno e externo, no sentido de se verificar possíveis diferenciações quanto ao incremento de sua produção.

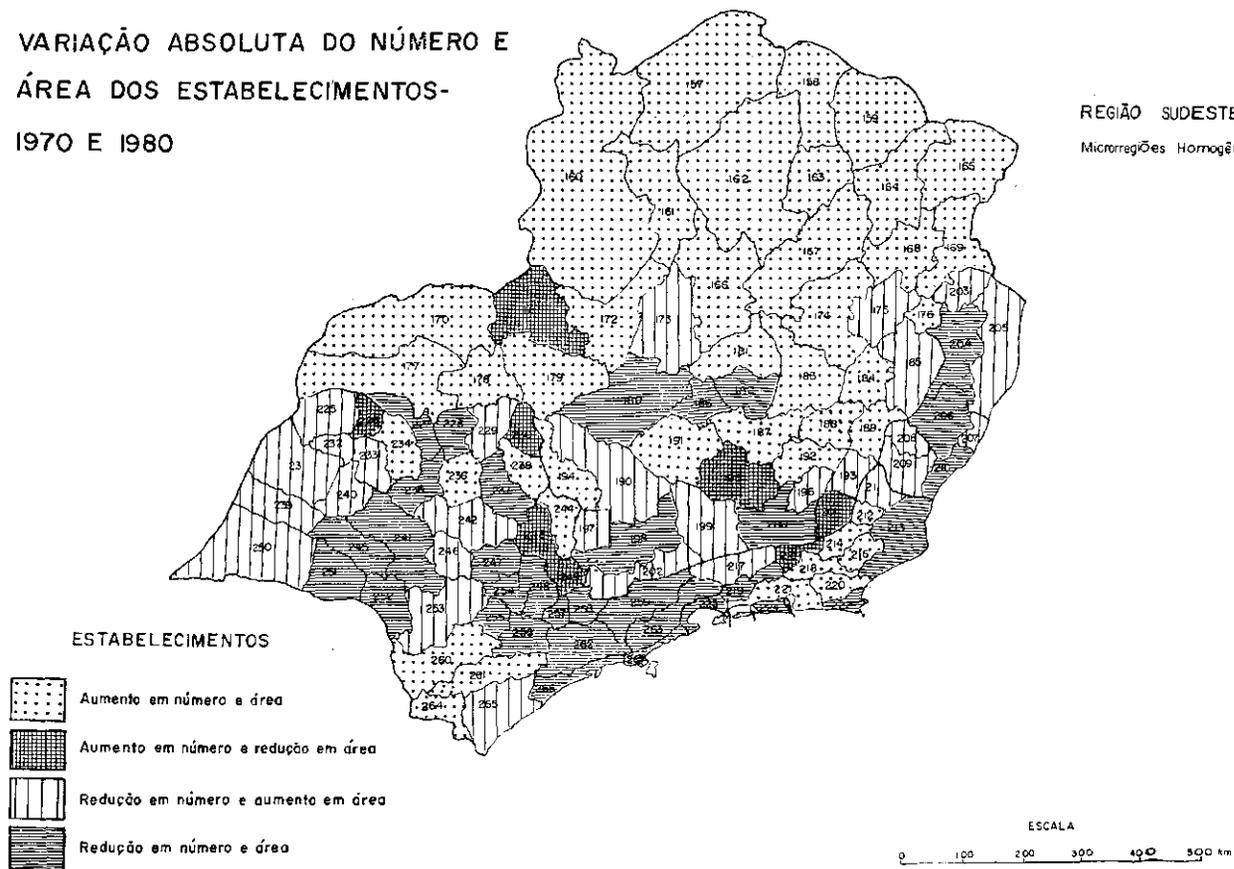
Mesmo considerando que o que individualizou o setor agropecuário do Sudeste no espaço foi o elevado aumento da composição técnica e orgânica do capital em seu processo produtivo, na análise a nível microrregional foram privilegiadas as variações absolutas do total dos estabelecimentos em número e área. Tal opção se dá, sobretudo, em face da indisponibilidade de dados mais completos no referente à modernização da economia agrária desta Região, o que permitiria um quadro mais completo das transformações havidas na sua organização agrária. No entanto, só se dispo de dados relativos a tratores, o privilegiamento das variáveis referentes aos estabelecimentos, revela-se pertinente em função da própria lógica do modelo de crescimento econômico adotado a partir de meados da década de 60. Tendo como objetivo primordial a capitalização da economia rural, através do aumento do uso de máquinas e insumos, o tipo de medidas de incentivo às atividades agropecuárias adotadas pelos governos pós-64 denota que, para os mesmos, a estrutura fundiária não se constituía em fator impeditivo ao desenvolvimento do setor agrário. Pelo contrário, procurou-se desenvolver uma agricultura capitalista em grandes unidades de produção, o que, conseqüentemente, tornou inerente ao processo de capitalização, uma elevada concentração fundiária.

Correlacionando-se as variações absolutas do número e da área total dos estabelecimentos, pôde-se identificar três conjuntos distintos de microrregiões no Sudeste. Em um destes grupos, formado por microrregiões situadas sobretudo nas áreas centrais e orientadas de São Paulo, na região serrana e litoral sul espírito-santense, na parte central de Minas Gerais, bem como, por um conjunto descontínuo de microrregiões no Estado do Rio de Janeiro, registraram-se reduções em número e área das unidades produtivas. Em outro, integrado por microrregiões alocadas, principalmente, na parte leste e oeste do planalto ocidental paulista, no leste espírito-santense, no subconjunto formado por aquelas situadas no extremo setentrional da mantiqueira e no nordeste de Minas Gerais e, ainda, no sul mineiro, a estrutura fundiária caracterizou-se por um aumento de área e redução em número dos estabelecimentos. Já no terceiro grupo, constituído pela grande maioria das microrregiões de Minas Gerais, pelas localizadas no Paranapiacaba e por outras ocorrências dispersas no Estado de São Paulo, assim como naquelas situadas na parte fluminense da Serra do Mar e a que constitui a Fluminense do Grande Rio, o incremento ocorreu tanto em área como em número (Mapa 1).

Os dados revelaram, também, a existência de um número pouco significativo de microrregiões, de ocorrência descontínua, que se caracterizou por apresentar redução em área e aumento no número total dos estabelecimentos. Infere-se que o comportamento de tais microrregiões, bem como daquelas que integram o grupo que apresentou não

VARIAÇÃO ABSOLUTA DO NÚMERO E
ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS-
1970 E 1980

REGIÃO SUDESTE
Microrregiões Homogêneas



FONTE - Censo Agropecuário 1970 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

só uma redução em área como também em número, tenha sua explicação vinculada a problemas de alterações conceituais, introduzidas no Censo Agropecuário de 1975, quanto à categoria analítica "estabelecimento". Tais alterações teriam ocasionado distorções nos dados relativos à estrutura fundiária, as quais em algumas microrregiões chegaram a implicar em redução da área dos estabelecimentos.

Tal argumento pode ser usado como fator explicativo apenas em parte, na medida em que a variação negativa da área total dos estabelecimentos abrangeu grande número de microrregiões que se individualizam, por exemplo, pelo predomínio espacial das atividades agropecuárias. Assim é que, de um lado, encontram-se Microrregiões como a do Rio de Janeiro (224), Grande São Paulo (262), Alto Paraíba (263) — nas quais o grande desenvolvimento urbano-industrial acarretou uma substancial absorção de áreas anteriormente destinadas a atividade agropecuária — e, as da Baía da Ilha Grande (223) e Costa Norte Paulista (267), onde o mesmo fenômeno foi devido a melhorias no setor intra-estrutural e ao desenvolvimento industrial que ocasionaram um forte movimento de especulação de terras destinadas, em grande parte, ao lazer. Nestes casos, pode-se justificar a alteração ocorrida na estrutura fundiária, pela expansão urbana. Por outro lado, há casos como os das Microrregiões de Bauru (241), Depressão Periférica Setentrional (243), entre outras, nas quais o expressivo aumento das áreas de lavoura, viu-se acompanhado de ponderável aumento da produção agrícola, e onde deveria ocorrer *pari passu* um aumento da área dos estabelecimentos.

Mesmo na Microrregião Açucareira de Campos (213) onde foi levada a efeito, pelo Estado, uma série de obras de caráter infra-estrutural, por iniciativa da Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRÁS), a redução da área total dos estabelecimentos se revela injustificada, em face dos aumentos da produção do açúcar e do rebanho bovino, além do incremento da fruticultura, operados nesta década¹².

Deve-se ressaltar, contudo, que poucas foram as microrregiões em que esta redução em número e área abrangeu a totalidade das categorias de estabelecimentos. De fato, somente com relação às pequenas unidades produtivas constatou-se uma quase generalizada redução, e foi, basicamente, devido àquelas que, no cômputo geral, a área dos estabelecimentos se reduziu. No que concerne aos estabelecimentos médios e grandes, excetuando-se os de 10.000 e mais hectares, um número ponderável de microrregiões apresentou aumento de número e área, denotando um processo de concentração fundiária (Tabela 4).

Tal característica ficou melhor delineada no conjunto de microrregiões que apresentou aumento em número e área dos estabelecimentos, embora se note, aqui, uma maior homogeneização, através das diferentes categorias de estabelecimentos, quanto à tendência observada em relação ao total da área. Na realidade, tanto os pequenos como os médios e grandes estabelecimentos, em esmagadora maioria, tenderam a aumentar em número e área, porém, os acréscimos mais substanciais

¹² PROGRAMA especial do Norte Fluminense; avaliação preliminar. IPEA/IPLAN/MINAGR/EMBRATER, julho 1981. mimeo.

TABELA 4

**ESTABELECIMENTO COM REDUÇÃO EM NÚMERO E
ÁREA — VARIAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA POR
CLASSES DE ÁREA, SEGUNDO MICRORREGIÕES
HOMOGÊNEAS — REGIÃO SUDESTE — 1970-1980**

(continua)

MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS	CLASSES DE ÁREA (ha)							
	0 — 70				70 — 100			
	Número		Área		Número		Área	
	Absoluto	Relativo	Absoluta	Relativa	Absoluto	Relativo	Absoluta	Relativa
CENTRO DO PLANALTO OCIDENTAL PAULISTA								
227 — Divisor Turvo-Grande.....	-225	-49,9	-1 555	-57,2	-343	-71,5	-10 309	-16,8
228 — Barretos.....	-637	-62,3	-3 265	-63,4	-925	-43,5	-22 788	-31,1
235 — Média Araraquense.....	-336	-25,9	-3 757	-41,8	-365	-8,2	-633	-0,4
241 — Bauru.....	-420	-15,4	-2 277	-15,2	-301	-6,4	-8 800	-5,3
245 — Alta Paulista.....	-2 330	-52,2	-13 806	-52,7	-988	-18,5	-18 113	-11,6
251 — Alta Sorocabana de Assis.....	-3 012	-70,5	-16 751	-68,7	-1 687	-27,6	-34 152	-17,8
252 — Ourinhos.....	-453	-26,5	-1 687	-18,0	-498	-11,2	-12 896	-8,4
REGIÃO SERRANA E LITORAL ESPÍRITO-SANTENSE								
204 — Colatina.....	258	12,7	195	1,6	-1 698	-14,6	-67 260	-15,7
206 — Colonial Serrana Espírito-Santense..	278	13,1	1 187	10,5	-1 387	-10,8	-59 483	-12,9
210 — Litoral Sul Espírito-Santense.....	-269	-14,7	-2 014	-20,0	-900	-26,7	-22 731	-20,9
PARTE CENTRAL DE MINAS GERAIS								
180 — Alto São Francisco.....	-1 614	-50,0	-7 881	-48,4	-1 956	-22,2	-63 858	-17,9
182 — Belo Horizonte.....	-305	-14,0	-2 026	-24,1	-472	-20,5	-17 253	-20,3
186 — Divinópolis.....	-663	-33,5	-3 152	-37,8	-418	-11,9	-14 570	-11,4
OCCORRÊNCIAS DISPERSAS NO ESTADO DO RIO								
213 — Açucareira de Campos.....	880	8,6	-5 475	-12,7	-1 310	-18,2	-41 289	-17,9
219 — Vassouras e Pirai.....	73	6,3	-707	-12,0	-319	-24,4	-7 645	-17,4
222 — Cabo Frio.....	63	1,9	-3 369	-22,9	-59	-6,8	-1 753	-7,0
223 — Baía de Ilha Grande.....	-26	-1,9	-1 238	-17,7	-229	-20,1	-6 277	-20,0
224 — Rio de Janeiro.....	-2 093	-46,6	-4 283	-41,8	-238	-45,8	-3 939	-38,1
CENTRO LESTE PAULISTA								
247 — Rio Claro.....	-456	-56,5	-2 430	-57,4	-532	-23,0	-12 989	-14,9
248 — Campinas.....	-1 093	-22,0	-3 803	-18,5	-753	-15,8	-24 384	-17,4
254 — Açucareira de Piracicaba.....	-1 123	-65,1	-5 398	-63,2	-1 112	-41,6	-26 498	-32,0
255 — Tatuí.....	-805	-28,8	-4 809	-32,7	-468	-12,9	-7 882	-7,0
256 — Sorocaba.....	-681	-19,1	-3 965	-23,4	-356	-11,4	-11 002	-10,9
257 — Jundiaí.....	334	17,1	592	7,2	-386	-28,0	-10 724	-26,9
258 — Bragança Paulista.....	-1 383	-34,3	-5 959	-34,0	-522	-16,8	-12 114	-12,5
259 — Vale do Paraíba Paulista.....	-2 232	-60,2	-6 774	-51,7	-1 224	-32,2	-43 884	-28,6
262 — Grande São Paulo.....	-1 362	-21,9	-5 337	-22,7	-732	-23,7	-20 872	-23,5
263 — Alto Paraíba.....	-584	-37,8	-2 827	-35,0	-1 130	-23,9	-37 226	-19,8
266 — Baixada Santista.....	-216	-37,2	-738	-32,0	19	2,6	-1 167	-5,0
267 — Costa Norte Paulista.....	-45	-15,2	-306	-20,3	-54	-26,1	-1 029	-16,8

TABELA 4

**ESTABELECIMENTO COM REDUÇÃO EM NÚMERO E
ÁREA — VARIÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA POR
CLASSES DE ÁREA, SEGUNDO MICRORREGIÕES
HOMOGÊNEAS — REGIÃO SUDESTE — 1970-1980**

(continua)

MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS	CLASSES DE ÁREA (ha)							
	100 1— 1 000				1 000 1— 10 000			
	Número		Área		Número		Área	
	Absoluto	Relativo	Absoluta	Relativa	Absoluto	Relativo	Absoluta	Relativa
CENTRO DO PLANALTO OCIDENTAL PAULISTA								
227 — Divisor Turvo-Grande.....	23	4,1	6 042	3,8	-1	-2,1	-2 669	-2,4
228 — Barretos.....	25	3,5	6 149	2,5	3	4,9	21 040	19,0
236 — Média Araraquarense.....	70	6,2	22 179	10,6	-9	-30,0	-20 242	-38,3
241 — Bauru.....	-95	-5,2	-7 007	-1,3	6	3,5	-9 671	-2,7
245 — Alto Paulista.....	136	13,3	40 225	13,7	-4	-4,7	-10 102	-6,7
251 — Alta Sorocabana de Assis.....	148	14,1	38 687	13,9	-10	-12,7	-17 899	-12,0
252 — Ourinhos.....	-2	-0,2	19 550	8,7	2	3,9	-2 970	-3,2
REGIÃO SERRANA E LITORAL ESPÍRITO-SANTENSE								
204 — Colatina.....	118	7,3	40 668	12,0	4	14,8	14 704	36,5
206 — Colonial Serrana Espírito-Santense..	136	14,2	38 575	25,1	1	50,0	3 739	172,6
210 — Litoral Sul Espírito-Santense.....	-35	-7,6	1 163	1,2	4	44,4	7 192	36,6
PARTE CENTRAL DE MINAS GERAIS								
180 — Alto São Francisco.....	5	0,1	4 359	0,5	0	10,3	23 277	15,9
182 — Belo Horizonte.....	-100	-13,1	-27 777	-14,2	-2	-5,6	-1 621	-2,5
186 — Divinópolis.....	-59	-7,0	-11 109	-6,6	-2	-22,2	-1 732	-11,6
OCORRÊNCIAS DISPERSAS NO ESTADO DO RIO								
213 — Açucareira de Campos.....	24	1,8	10 090	3,0	5	5,1	-24 891	-10,5
219 — Vassouras e Pirai.....	18	4,3	6 469	5,7	3	13,6	1 712	5,0
222 — Cabo Frio.....	-43	-27,2	-13 217	-31,7	0	0,0	11 685	42,4
223 — Baía da Ilha Grande.....	-22	-31,4	-4 984	-30,6	-1	-8,3	8 594	26,4
224 — Rio de Janeiro.....	-12	-38,7	-3 729	-48,7	-	-	-	-
CENTRO LESTE PAULISTA								
247 — Rio Claro.....	-42	-5,6	-14 343	-7,1	7	16,3	25 337	32,8
248 — Campinas.....	-80	-12,9	-32 425	-18,3	10	41,7	11 656	25,7
254 — Açucareira de Piracicaba.....	20	5,3	3 914	3,6	0	0,0	-725	-1,0
255 — Tatui.....	11	2,7	3 505	3,9	0	0,0	1 169	7,3
256 — Sorocaba.....	-79	-12,7	-19 253	-12,7	-2	-8,0	2 570	5,6
257 — Jundiaí.....	-30	-14,3	-5 706	-9,9	-1	-11,1	-3 784	-26,6
258 — Bragança Paulista.....	-16	-3,9	-3 320	-3,6	-1	-14,3	-633	-8,0
259 — Vale do Paraíba Paulista.....	-121	-8,0	-19 310	-5,2	3	6,8	2 889	3,4
262 — Grande São Paulo.....	-53	-15,7	-6 408	-8,2	-8	-32,0	-4 812	-10,0
263 — Alto Paraíba.....	-99	-8,0	-12 351	-4,7	1	2,0	-8 138	-7,2
266 — Baixada Santista.....	-40	-31,5	-13 376	-34,3	-7	-43,8	-11 786	-33,9
267 — Costa Norte Paulista.....	-7	-16,3	-942	-9,0	3	42,9	11 062	68,1

TABELA 4

**ESTABELECIMENTO COM REDUÇÃO EM NÚMERO E
AUMENTO EM ÁREA — VARIAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA
POR CLASSES DE ÁREA, SEGUNDO MICRORREGIÕES
HOMOGÊNEAS — REGIÃO SUDESTE — 1970-1980**

(conclusão)

MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS	CLASSES DE ÁREA (ha)			
	10 000 e mais			
	Número		Área	
	Absoluto	Relativo	Absoluta	Relativa
CENTRO DO PLANALTO OCIDENTAL PAULISTA				
227 — Diviser Turvo-Grande.....	0	0,0	-1 142	-8,7
228 — Barretos.....	-1	-100,0	-11 616	-100,0
235 — Média Araraquarense.....	0	0,0	-5 861	-33,2
241 — Bauru.....	1	100,0	13 853	81,8
245 — Alta Paulista.....	—	—	—	—
251 — Alta Sorocabana de Assis.....	1	—	10 426	—
252 — Ourinhos.....	0	0,0	-3 602	-24,3
REGIÃO SERRANA E LITORAL ESPÍRITO-SANTENSE				
204 — Colatina.....	—	—	—	—
206 — Colonial Serrana Espírito-Santense..	—	—	—	—
210 — Litoral Sul Espírito-Santense.....	—	—	—	—
PARTE CENTRAL DE MINAS GERAIS				
180 — Alto São Francisco.....	—	—	—	—
182 — Belo Horizonte.....	2	—	30 697	—
186 — Divinópolis.....	—	—	—	—
OCORRÊNCIAS DISPERSAS NO ESTADO DO RIO				
213 — Açucareira de Campos.....	2	200,0	31 548	296,3
219 — Vassouras e Piraf.....	—	—	—	—
222 — Cabe Frio.....	—	—	—	—
223 — Bela da Ilha Grande.....	—	—	—	—
224 — Rio de Janeiro.....	—	—	—	—
CENTRO LESTE PAULISTA				
247 — Rio Claro.....	—	—	—	—
248 — Campinas.....	-1	-100,0	-32 391	-100,0
254 — Açucareira de Piracicaba.....	—	—	—	—
255 — Tatuf.....	—	—	—	—
256 — Sorocaba.....	1	—	12 048	—
257 — Jundiaí.....	—	—	—	—
258 — Bragança Paulista.....	—	—	—	—
259 — Vale do Paraíba Paulista.....	-1	-100,0	-10 488	-100,0
262 — Grande São Paulo.....	—	—	—	—
263 — Alto Paraíba.....	—	—	—	—
266 — Baixada Santista.....	-2	-100,0	-30 130	-100,0
267 — Costa Norte Paulista.....	-1	-50,0	-14 285	-51,1

FONTE — Censo Agropecuário 1970 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

em área ocorreram com os estabelecimentos de 100 a menos de 1.000 hectares e os de 1.000 a menos de 10.000 hectares (Tabela 5).

TABELA 5

ESTABELECIMENTOS COM AUMENTO EM NÚMERO E ÁREA — VARIÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA POR CLASSES DE ÁREA, SEGUNDO MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS — REGIÃO SUDESTE — 1970-1980

(continua)

MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS	CLASSES DE ÁREA (ha)							
	0 — 10				10 — 100			
	Número		Área		Número		Área	
	Absoluto	Relativo	Absoluta	Relativa	Absoluto	Relativo	Absoluta	Relativa
MICRORREGIÕES DE MINAS GERAIS								
157 — Sanfranciscana de Januária.....	1 101	100,8	4 405	81,4	832	13,0	12 847	5,2
158 — Serra Geral de Minas.....	1 214	50,6	3 881	27,7	81	1,3	4 445	2,1
159 — Alto Rio Pardo.....	504	22,1	3 076	23,8	2 705	48,5	57 105	30,8
160 — Chapadões do Paracatu.....	346	59,0	1 799	51,9	618	14,2	28 047	13,9
161 — Alto-Médio São Francisco.....	139	289,6	356	139,1	66	12,8	5 356	22,1
162 — Montes Claros.....	1 213	35,4	4 809	20,9	-417	-4,1	-35 130	-8,9
163 — Mineradora do Alto Jequitinhonha.....	213	76,0	1 440	79,8	295	16,8	10 062	14,6
164 — Pastoral de Pedra Azul.....	1 553	184,1	8 175	173,4	2 066	44,7	43 591	22,8
165 — Pastoral de Almenara.....	194	135,7	947	97,1	443	19,3	3 974	3,4
166 — Médio Rio das Velhas.....	384	99,0	1 891	68,4	626	31,4	14 487	16,8
167 — Mineradora de Diamantina.....	-412	-3,9	8 014	15,3	2 247	37,5	45 277	25,3
168 — Teófilo Otoni.....	1 918	192,2	10 731	156,2	952	22,8	13 358	7,9
169 — Pastoral de Nanuque.....	546	197,1	2 877	144,6	377	19,9	8 990	10,2
170 — Uberlândia.....	982	109,7	4 400	75,6	-621	-12,4	-26 873	-11,6
172 — Mata da Corda.....	220	18,6	708	10,2	797	13,7	26 439	11,1
174 — Bacia do Suaçuí.....	2 438	121,9	8 143	58,9	343	5,1	4 281	1,6
176 — Mantena.....	469	45,2	201	2,6	-272	-9,3	-5 056	-5,3
177 — Pontal do Triângulo Mineiro.....	555	163,2	3 102	130,7	1 668	65,1	69 095	54,0
178 — Uberaba.....	107	29,6	75	3,1	392	28,1	21 765	35,4
179 — Planalto de Araxá.....	292	151,3	1 969	56,2	807	40,5	29 003	28,9
181 — Calcários de Sete Lagoas.....	818	87,6	2 840	49,2	55	2,1	972	1,0
183 — Siderúrgica.....	678	53,2	3 469	49,6	468	11,1	10 637	6,1
184 — Mata de Caretinga.....	378	9,0	1 531	6,3	-76	-1,0	-7 363	-2,9
187 — Espinhaço Meridional.....	-19	-0,3	750	3,1	48	0,8	1 344	0,7
188 — Mata de Ponte Nova.....	292	7,0	1 773	9,4	99	1,6	-1 842	-0,9
189 — Vertente Ocidental do Caparaó.....	1 437	54,9	6 486	43,4	469	7,2	2 877	1,2
191 — Formiga.....	120	3,0	23	0,1	-55	-0,6	1 217	0,3
192 — Mata de Viçosa.....	621	8,3	1 248	3,9	261	3,5	7 872	3,4
194 — Mogiana Mineira.....	599	13,1	1 690	6,9	-127	-1,9	3 301	1,3
PARANAPIACABA								
260 — Campos de Itapetininga.....	1 141	17,1	3 138	9,0	888	14,4	23 472	12,0
261 — Paranapiacaba.....	2 571	40,1	6 207	23,9	-263	-6,1	-13 827	-10,1
264 — Apiaí.....	2 064	352,2	7 119	246,0	172	11,6	258	0,5
OCORRÊNCIAS DISPERSAS EM SÃO PAULO								
234 — São José do Rio Preto.....	80	3,7	138	1,1	234	5,0	3 902	2,4
236 — Serra de Jaboticabal.....	296	24,2	1 045	13,7	-12	-0,3	-1 441	-0,9
238 — Serra de Batatais.....	103	28,3	482	26,1	502	41,1	19 940	39,1
244 — Encosta Ocidental da Mantiqueira Paulista.....	145	7,1	841	7,9	248	7,9	6 708	6,5
FLUMINENSES DA SERRA DO MAR E FLUMINENSE DO GRANDE RIO								
212 — Miracema.....	372	17,5	-187	-2,0	-20	-1,0	-1 659	-2,4
214 — Cantagalo.....	299	16,3	381	4,5	135	5,9	8 551	11,5
216 — Cordeiro.....	750	32,3	2 458	53,1	53	2,7	2 279	3,2
218 — Serra Fluminense.....	694	19,6	-270	-2,0	-5	-0,3	747	1,4
220 — Bacias do São João e Macacu.....	1 141	78,0	1 455	16,0	-270	-12,1	-6 005	-9,6
221 — Fluminense do Grande Rio.....	993	11,7	-3 188	-10,2	-450	-15,9	-5 121	-8,3

TABELA 5

**ESTABELECIMENTOS COM AUMENTO EM NÚMERO E
ÁREA — VARIAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA POR
CLASSES DE ÁREA, SEGUNDO MICRORREGIÕES
HOMOGÊNEAS — REGIÃO SUDESTE — 1970-1980**

(continua)

MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS	CLASSES DE ÁREA (he)							
	100 — 1000				1000 — 10 000			
	Número		Área		Número		Área	
	Absoluto	Relativo	Absoluta	Relativa	Absoluto	Relativo	Absoluta	Relativa
MICRORREGIÕES DE MINAS GERAIS								
157 — Sanfranciscana de Januária.....	-152	-7,0	-14 413	-2,5	91	60,7	227 045	61,7
158 — Serra Geral de Minas.....	98	8,3	39 702	14,6	46	76,7	102 443	69,8
159 — Alto Rio Pardo.....	528	42,1	129 755	42,6	71	120,3	131 523	120,9
160 — Chapadões do Paracatu.....	1 025	25,4	296 835	22,9	124	15,4	220 764	11,1
161 — Alto-Médio São Francisco.....	-1	-0,2	-12 942	-6,7	-14	-8,5	-22 150	-4,5
162 — Montes Claros.....	-146	-3,4	19 439	1,5	81	19,2	147 544	16,9
163 — Mineradora do Alto Jequitinhonha..	-85	-8,8	-17 866	-9,0	-9	-17,0	-17 049	-14,7
164 — Pastorel de Pedra Azul.....	184	8,0	69 204	11,3	14	11,7	19 806	9,8
165 — Pastorel de Almanara.....	193	9,2	57 144	8,9	7	3,2	-12 049	-2,7
166 — Médio Rio das Velhas.....	92	6,4	2 986	0,6	26	11,7	42 518	8,2
167 — Mineradora de Diamantina.....	274	38,1	81 369	43,6	36	138,5	114 387	247,8
168 — Teófilo Otoni.....	215	17,4	80 086	25,0	39	98,4	71 599	67,6
169 — Pastorel de Nanuque.....	-59	-3,5	369	0,1	52	36,9	111 428	39,5
170 — Uberlândia.....	-88	-2,4	-13 482	-1,3	-13	-4,2	3 615	0,6
172 — Mata da Corda.....	331	13,4	73 218	12,2	-2	-1,8	727	0,4
174 — Bacia do Suaçuí.....	136	4,9	44 577	6,5	24	48,0	61 789	64,6
176 — Mantena.....	116	44,3	19 820	36,9	6	600,0	9 829	676,9
177 — Pontal do Triângulo Mineiro.....	764	24,0	173 737	17,5	-27	-7,5	-80 991	-11,2
179 — Uberaba.....	197	13,6	30 043	6,4	-14	-8,2	-48 941	-15,44
179 — Planalto de Araxá.....	211	9,0	53 153	6,9	-4	-2,1	-23 256	-6,7
181 — Calcários de Sete Lagoas.....	124	11,8	42 992	14,1	13	20,3	9 665	7,4
183 — Siderúrgica.....	83	8,8	21 939	8,1	6	23,1	-9 892	-12,3
184 — Meta de Caratinga.....	93	9,5	19 731	10,4	7	43,8	12 770	26,4
187 — Espinhaço Meridional.....	-7	-0,8	-4 860	-2,8	6	28,6	20 035	42,9
188 — Meta de Ponte Nova.....	-4	-0,4	9 019	4,2	-6	-25,0	-4 713	-8,2
189 — Vertente Ocidental do Caparaó.....	-91	-8,6	-15 700	-7,8	6	120,0	15 150	184,5
191 — Formiga.....	202	10,4	56 998	13,4	5	14,7	13 912	30,3
192 — Mata de Viçosa.....	0	0,0	5 038	4,1	0	0,0	-170	-2,5
194 — Mogiana Mineira.....	99	8,0	17 397	6,1	7	38,9	10 282	28,7
PARANAPIACABA								
260 — Campos de Itapetininga.....	55	4,6	27 125	8,6	5	4,3	-13 655	-4,7
261 — Paranapiacaba.....	-27	-4,5	-1 275	-0,8	22	75,9	41 526	58,2
264 — Apiaí.....	-48	-14,5	-4 770	-6,0	9	60,0	23 096	80,6
OCORRÊNCIAS DISPERSAS EM SÃO PAULO								
234 — São José do Rio Preto.....	31	2,9	17 675	7,3	1	3,3	-1 142	-2,0
236 — Serra de Jaboticabal.....	-58	-6,5	-844	-0,4	12	38,7	19 495	34,2
238 — Serra de Batatais.....	41	9,0	-2 433	-1,2	-8	-17,8	-17 037	-20,2
244 — Encosta Ocidental da Mantiqueira Paulista.....	12	1,7	1 448	0,7	-2	-6,5	9 260	18,6
FLUMINENSES DA SERRA DO MAR E FLUMINENSE DO GRANDE RIO								
212 — Miracema.....	40	10,4	11 824	14,6	3	100,0	9 846	263,8
214 — Cantagalo.....	12	2,6	-920	-0,9	-6	-42,9	-6 890	-33,7
216 — Cordeiro.....	32	6,0	3 480	2,8	-4	-23,5	-7 860	-27,4
218 — Serrana Fluminense.....	13	6,4	-400	-0,8	3	50,0	196	1,5
220 — Bacias do São João e Macacu....	51	14,0	14 909	13,9	3	9,1	480	0,7
221 — Fluminense do Grande Rio.....	-1	-0,4	-1 936	-2,7	-3	-13,6	-2 537	-4,5

TABELA 5

**ESTABELECIMENTOS COM AUMENTO EM NÚMERO E
ÁREA — VARIAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA POR
CLASSES DE ÁREA, SEGUNDO MICRORREGIÕES
HOMOGÊNEAS — REGIÃO SUDESTE — 1970-1980**

(conclusão)

MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS	CLASSES DE ÁREA (ha)			
	10 000 e mais			
	Número		Área	
	Absoluto	Relativo	Absoluta	Relativa
MICRORREGIÕES DE MINAS GERAIS				
157 — Sanfranciscana de Jacutinga.....	16	533,3	480 582	226,7
158 — Serra Geral de Minas.....	6	200,0	103 124	268,1
159 — Alto Rio Pardo.....	7	—	226 557	—
160 — Chapadões do Paracatu.....	0	0,0	68 151	12,9
161 — Alto-Médio São Francisco.....	9	75,0	148 660	57,9
162 — Montes Claros.....	9	100,0	—84 403	—21,9
163 — Mineradora do Alto Jequitinhonha..	5	—	91 132	—
164 — Pastoral da Pedra Azul.....	—	—	—	—
165 — Pastoral de Almenara.....	1	50,0	25 358	69,7
166 — Médio Rio das Velhas.....	1	9,1	35 112	18,7
167 — Mineradora de Diamantina.....	9	900,0	219 691	1 191,4
168 — Tedfilo Otoni.....	—	—	—	—
169 — Pastoral de Nanuque.....	1	—	15 397	—
170 — Uberlândia.....	6	250,0	63 540	159,6
172 — Mata da Corda.....	1	—	22 500	—
174 — Bacia do Suaçuí.....	0	0,0	—10 567	—49,5
176 — Mantena.....	—	—	—	—
177 — Pontal do Triângulo Mineiro.....	—	—	—	—
178 — Uberaba.....	0	0,0	210	2,0
179 — Planalto de Araxá.....	3	—	51 268	—
181 — Catelões de Sete Lagoas.....	1	0,0	392	1,3
183 — Sidergíca.....	4	400,0	80 628	556,7
184 — Mata de Caratinga.....	0	0,0	—2 354	—12,7
187 — Espinhaço Meridional.....	0	0,0	3 147	14,7
188 — Mata de Ponte Nova.....	—	—	—	—
189 — Vertente Ocidental do Caparaó.....	—	—	—	—
191 — Formiga.....	—	—	—	—
192 — Mata de Viçosa.....	—	—	—	—
194 — Mogiana Mineira.....	—	—	—	—
PARANAPIACABA				
260 — Campos de Itapetininga.....	—1	—33,3	353	0,9
261 — Paranapiacaba.....	0	0,0	2 775	4,1
264 — Apiaí.....	2	—	23 465	—
OCORRÊNCIAS DISPERSAS EM SÃO PAULO				
234 — São José do Rio Preto.....	—	—	—	—
236 — Serra de Jaboticabal.....	—	—	—	—
238 — Serra de Batatais.....	—	—	—	—
244 — Encosta Ocidental da Mantiqueira Paulista.....	—	—	—	—
FLUMINENSES DA SERRA DO MAR E FLUMINENSE DO GRANDE RIO				
212 — Miracema.....	—	—	—	—
214 — Cantagalo.....	—	—	—	—
216 — Cordeiro.....	—	—	—	—
218 — Serrana Fluminense.....	—	—	—	—
220 — Bacias do São João e Macacu.....	—	—	—	—
221 — Fluminense do Grande Rio.....	1	—	43 560	—

FONTE — Censo Agropecuário 1970 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

Merece ser ainda assinalada a dimensão da ocorrência espacial de tal variação em Minas Gerais, mais particularmente, no centro-norte, onde o conjunto de microrregiões em análise forma uma totalidade contígua. Tal fato relaciona-se com a expressiva expansão horizontal das atividades produtivas nesta área, na década de 70, dada uma maior disponibilidade de terra ali existente. A expansão deu-se, tanto pela reativação de área subutilizadas, como pela incorporação de terras devolutas ao processo de produção. Corroborando esta assertiva, verificou-se que foi, também, neste Estado que os estabelecimentos de 10.000 hectares e mais figuraram, na maior parte das microrregiões, com acréscimo de área, as quais muitas vezes, se revelaram substanciais. Com relação a estes aspectos pode-se ver que o Estado de São Paulo se apresenta em situação nitidamente oposta. Já o Estado do Espírito Santo revelou uma evolução singular, pois, foi o único no Sudeste no qual nenhuma microrregião apresentou aumento do número de estabelecimentos.

No conjunto de microrregiões que se caracterizaram por apresentar redução em número de estabelecimentos e aumento em área, os médios e grandes estabelecimentos tiveram suas áreas ampliadas de forma significativa, na maior parte das microrregiões, em boa medida através de um processo de absorção de terras que afetou, sensivelmente, aqueles de menos de 100 hectares, e, por vezes, os de 10.000 hectares e mais (Tabela 6). O fato de que estas microrregiões se localizem, em grande número, em áreas de ocupação mais antiga talvez justifique a pequena importância dos estabelecimentos de 10.000 hectares e mais, cujas ocorrências, além de pouco numerosas, apresentaram decréscimos, principalmente com relação à área.

Tais alterações na estrutura fundiária, que deixaram patentes um processo de concentração da terra a nível dos estabelecimentos de 100 a menos de 1.000 hectares e de 1.000 a menos de 10.000 hectares parecem resultar, em grande medida, das orientações implícitas nas políticas agrárias oficiais que, dentre suas metas para esta região, privilegiavam o desenvolvimento da média e, sobretudo, da grande empresa rural. Este fato viu-se acompanhado de conseqüências no que diz respeito às variações observadas quanto às categorias de produtores; tanto assim que, embora tenha se verificado um decréscimo de todas as categorias, a nível do Sudeste, a situação não se mostra homogênea quando se realiza uma análise a nível microrregional.

No caso dos proprietários, verificaram-se elevadas variações absolutas, ocorrendo de forma bem generalizada em Minas Gerais. A nível de hipótese, correlaciona-se esse aumento com o próprio desenvolvimento da atividade agropecuária havido nesta década, na medida em que, quando aumenta a valorização da mesma, há uma tendência ao acréscimo do número de estabelecimentos explorados diretamente pelos próprios proprietários. Como na grande maioria das microrregiões de Minas Gerais registrou-se um aumento em número e área de todas as categorias de estabelecimentos, supõe-se que a maioria deles esteja sendo explorado por proprietários (Mapa 2).

O desenvolvimento das atividades produtivas, nos anos 70 e 80, poderia, também, ocasionar uma redução do número de proprietários, como, efetivamente, ocorreu na maioria das microrregiões do Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo. Nestes Estados, dado a forma

TABELA 6

**ESTABELECIMENTOS COM REDUÇÃO EM NÚMERO E
AUMENTO EM ÁREA — VARIÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA
POR CLASSES DE ÁREA, SEGUNDO MICRORREGIÕES
HOMOGÊNEAS — REGIÃO SUDESTE — 1970-1980**

(continua)

MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS	CLASSES DE ÁREA (ha)							
	0 — 10				10 — 100			
	Estabelecimentos		ha		Estabelecimentos		ha	
	Absoluto	Relativo	Absoluta	Relativa	Absoluto	Relativo	Absoluta	Relativa
LESTE DO PLANALTO OCIDENTAL PAULISTA								
242 — Araraquara.....	-845	-48,3	-4 652	-49,2	-470	-10,3	-7 239	-4,4
246 — Jaú.....	-465	-38,4	-2 811	-40,5	-685	-20,5	-13 820	-14,9
253 — Serra de Botucatu.....	-707	-29,7	-4 721	-33,3	-665	-13,3	-13 600	-7,8
DESTE DO PLANALTO OCIDENTAL PAULISTA								
225 — Alta Araraquense de Fernandópolis	-1 189	-15,0	-6 072	-13,7	-926	-10,9	-16 272	-7,1
231 — Alta Noroeste de Aracatuba.....	-1 219	-29,1	-8 176	-37,1	-474	-11,9	3 139	2,5
232 — Médio São José dos Dourados.....	-1 102	-48,5	-6 291	-48,4	-73	-3,9	4 693	8,2
233 — Divisor São José dos Dourados-Tietê	-1 734	-67,4	-8 318	-61,3	-495	-13,4	-9 928	-7,8
239 — Nova Alta Paulista.....	-4 613	-33,5	-21 053	-28,0	-561	-6,9	-2 131	-1,1
240 — Alta Noroeste de Penápolis.....	-1 861	-39,7	-8 631	-38,0	-376	-8,9	4 007	3,2
250 — Alta Sorocabana de Presidente Prudente.....	-9 123	-67,4	-50 532	-66,8	-2 503	-24,7	-27 554	-9,9
EXTREMO SETENTRIONAL DA MANTIQUEIRA E NORDESTE DE MINAS GERAIS								
175 — Governador Valadares.....	-259	-12,4	-1 633	-15,2	-575	-14,9	-20 757	-14,0
185 — Bacia de Manhuaçu.....	-350	-12,7	-3 202	-18,0	-1 103	-13,0	-38 512	-11,7
193 — Mata do Muriaé.....	-157	-6,5	-851	-6,7	-100	-2,0	-2 875	-1,7
196 — Mata de Ubá.....	-708	-17,4	-2 320	-12,6	-141	-2,9	381	0,2
208 — Vertente Oriental do Caperaó.....	-97	-6,9	-961	-11,3	-246	-6,1	-7 882	-5,5
209 — Cachoeiro do Itapemirim.....	-721	-30,4	-4 059	-32,9	-828	-13,6	-19 264	-9,1
211 — Itaperuna.....	60	4,0	-1 253	-14,0	-228	-8,1	-4 779	-4,7
SUL MINEIRO								
190 — Furnas.....	-1 062	-14,2	-4 828	-13,7	-1 071	-8,6	-27 291	-6,0
197 — Planalto da Poços de Caldas.....	-264	-7,4	-1 431	-8,4	-301	-7,1	-3 515	-2,5
199 — Alto Rio Grande.....	-158	-8,6	-1 831	-18,3	-886	-14,6	-29 452	-12,6
202 — Alta Mantiqueira.....	350	3,8	-451	-1,1	-521	-5,5	-5 649	-1,9
LESTE ESPÍRITO-SANTENSE.....								
203 — Alto São Mateus.....	-62	-12,6	-935	-27,5	-735	-33,0	-32 092	-35,4
205 — Baixada Espírito-Santense.....	-417	-24,6	-1 748	-19,3	-3 454	-39,0	-44 498	-35,7
207 — Vitória.....	-788	-62,0	-2 843	-59,7	-335	-33,9	-8 595	-27,9

TABELA 6

**ESTABELECIMENTOS COM REDUÇÃO EM NÚMERO E
AUMENTO EM ÁREA — VARIAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA
POR CLASSES DE ÁREA, SEGUNDO MICRORREGIÕES
HOMOGÊNEAS — REGIÃO SUDESTE — 1970-1980**

(continua)

MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS	CLASSES DE ÁREA (ha)							
	100 l— 1 000				1 000 l— 10 000			
	Estabelecimentos		ha		Estabelecimentos		ha	
	Absoluto	Relativo	Absoluta	Relativa	Absoluto	Relativo	Absoluta	Relativa
LESTE DO PLANALTO OCIDENTAL PAULISTA								
242 — Araraquara.....	-153	-10,2	-46 212	-11,1	9	8,0	45 005	21,0
246 — Jaú.....	-76	-10,4	-15 291	-8,1	11	37,9	20 190	42,0
253 — Serra de Botucatu.....	152	10,8	49 836	12,4	0	0,0	-725	-1,0
DESTE DO PLANALTO OCIDENTAL PAULISTA								
225 — Alta Araraquarense de Fernandópolis..	102	11,7	26 564	12,4	15	30,0	24 741	28,1
231 — Alta Noroeste de Araçatuba.....	315	28,1	81 803	24,3	17	7,5	-37 667	-6,8
232 — Médio São José dos Dourados.....	62	17,7	14 116	15,5	8	42,9	7 035	26,8
233 — Divisor São José dos Covrados — Tietê.....	131	20,0	29 020	18,4	-6	-15,4	-4 352	-6,3
239 — Nova Alta Paulista.....	159	23,3	41 573	23,2	15	20,5	16 554	10,5
240 — Alta Noroeste de Panópolis.....	127	17,6	18 685	9,7	-1	-2,6	1 885	3,0
250 — Alta Sorocabana de Presidente Pru- dente.....	357	22,9	98 239	21,4	56	19,4	85 964	12,6
EXTREMO SETENTRIONAL DA MANTIQUEIRA E NORDESTE DE MINAS GERAIS								
175 — Governador Valadares.....	-91	-5,9	-9 816	-2,2	36	41,9	47 943	29,4
185 — Bacia do Manhuaçu.....	250	12,2	56 166	11,3	41	82,0	66 100	74,2
193 — Mata do Muriaé.....	34	4,0	9 063	5,1	0	0,0	-85	-0,6
196 — Mata de Ubá.....	36	6,0	3 421	2,8	1	25,0	-398	-3,9
208 — Vertente Oriental do Caparaó.....	27	6,5	8 817	11,3	3	150,0	6 254	292,4
209 — Cachoeiro de Itapemirim.....	64	6,1	21 310	9,1	6	31,6	12 248	43,9
211 — Itaperuna.....	13	2,0	3 852	2,6	6	54,5	7 478	38,5
SUL MINEIRO								
180 — Fumas.....	182	5,8	36 137	5,1	18	42,2	42 210	55,5
197 — Planalto de Poços de Caldas.....	-16	-2,5	3 424	2,7	4	100,0	9 407	113,0
199 — Alto Rio Grande.....	58	2,8	39 388	8,6	8	20,5	15 864	25,9
202 — Alta Mantiqueira.....	106	10,9	25 222	13,2	1	5,0	15 654	38,4
LESTE ESPÍRITO-SANTENSE								
203 — Alto São Mateus.....	-111	-13,1	912	0,4	46	139,5	82 191	124,0
205 — Baixada Espírito-Santense.....	-243	-13,7	-14 133	-3,5	23	41,9	66 078	55,9
207 — Vitória.....	-16	-8,5	-230	-0,5	9	300,0	16 584	321,6

TABELA 6

**ESTABELECIMENTOS COM REDUÇÃO EM NÚMERO E
AUMENTO EM ÁREA — VARIAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA
POR CLASSES DE ÁREA, SEGUNDO MICRORREGIÕES
HOMOGÊNEAS — REGIÃO SUDESTE — 1970-1980**

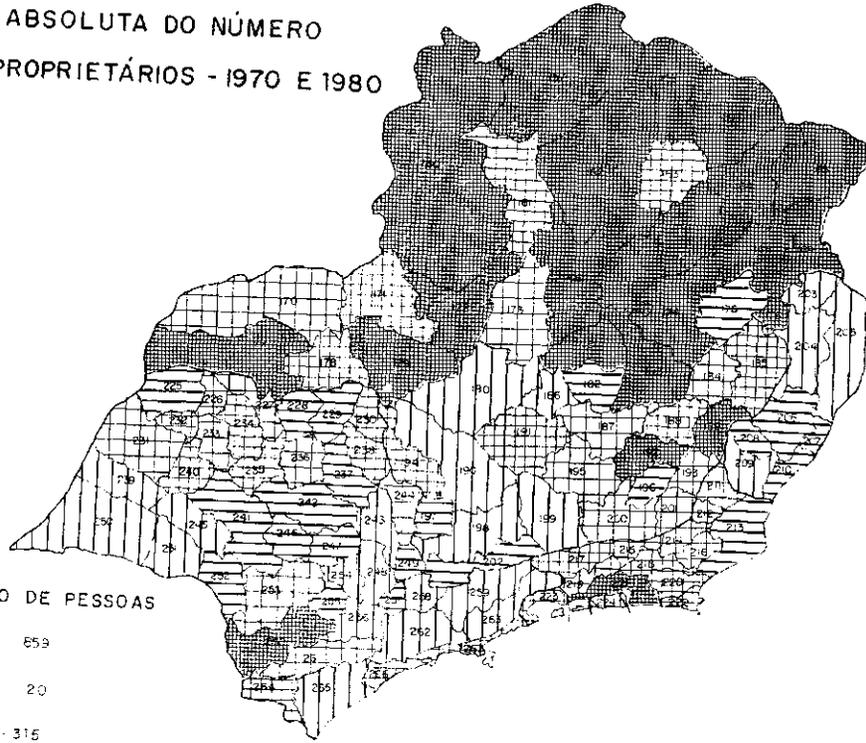
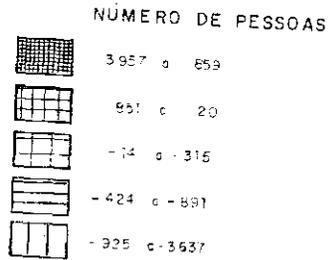
(conclusão)

MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS	CLASSES DE ÁREA (ha)			
	10 000 e mais			
	Estabelecimentos		ha	
	Absoluto	Relativo	Absoluta	Relativa
LESTE DO PLANALTO OCIDENTAL PAULISTA				
242 — Araraquara.....	2	66,7	29 863	74,8
246 — Jaú.....	1	—	15 545	—
253 — Serra de Botucatu.....	1	25,0	—20 889	—22,0
DESTE DO PLANALTO OCIDENTAL PAULISTA				
225 — Alta Araraquarense de Fernandópolis.....	—1	—100,0	—10 784	—100,0
231 — Alta Noroeste de Aracatuba.....	1	25,0	—13 640	—14,8
232 — Médio São José dos Dourados.....	0	0,0	0	0,0
233 — Divisor São José dos Dourados — Tietê.....	—	—	—	—
239 — Nova Alta Paulista.....	—	—	—	—
240 — Alta Noroeste de Penápolis.....	—	—	—	—
250 — Alta Sorocabana de Presidente Pru- dente.....	0	0,0	17 887	18,0
EXTREMO SETENTRIONAL DA MANTIQUEIRA E NORDESTE DE MINAS GERAIS				
175 — Governador Valadares.....	0	0,0	—3 632	—11,7
185 — Bacia do Manhuaçu.....	—	—	—	—
183 — Meta do Muriaé.....	—	—	—	—
186 — Mata de Ubá.....	—	—	—	—
208 — Vertente Oriental do Caparaó.....	—	—	—	—
209 — Cachoeiro de Itapemirim.....	—	—	—	—
211 — Itaperuna.....	—	—	—	—
SUL MINEIRO				
190 — Furnas.....	—	—	—	—
197 — Planalto de Poços de Caldas.....	—	—	—	—
199 — Alto Rio Grande.....	—	—	—	—
202 — Alta Mantiqueira.....	—2	—100,0	—25 656	—100,0
LESTE ESPÍRITO-SANTENSE				
203 — Alto São Mateus.....	—	—	—	—
205 — Baixada Espírito-Santense.....	4	133,3	108 521	206,5
207 — Vitória.....	—	—	—	—

FONTE — Censo Agropecuário 1970 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

VARIAÇÃO ABSOLUTA DO NÚMERO
TOTAL DE PROPRIETÁRIOS - 1970 E 1980

REGIÃO SUDESTE
Microregiões Homogêneas



ESCALA
0 100 200 300 400 500 km

IGITE - Censo Agropecuário 1970 e Síntese Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, 1982.

assumida pelo processo de reprodução do capital, concretizado no aumento da média e grande empresa, o processo de concentração fundiária daí decorrente deu-se sobremaneira, em detrimento de pequenos estabelecimentos — por vezes, médios —, sem incorporar, ponderavelmente, novas áreas ao espaço total produtivo (exceção do Espírito Santo). Portanto, nesses Estados a redução do número de proprietários não se vincula a qualquer aumento geral de pequenas unidades de produção exploradas por arrendatários, parceiros, ou mesmo agregados, comportamento comum em períodos em que há uma retração das atividades produtivas do setor agropecuário.

Quanto à condição dos arrendatários, a distribuição das variações absolutas pelas microrregiões de Minas Gerais e São Paulo lembra, em boa medida, a que se observou com relação aos proprietários (Mapa 3). Enquanto na maioria das microrregiões de Minas Gerais se observou um aumento desta categoria de produtor, em São Paulo deu-se o oposto. Convém salientar, contudo, que nas microrregiões mineiras onde o número dos arrendatários acusou redução, esta foi tão intensa que incorreu numa diminuição do contingente destes produtores ao nível do Estado.

Considerando-se que em algumas microrregiões dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, o acréscimo do número de arrendatários resultou num aumento de sua expressão a nível estadual, concluiu-se que foi o Estado de São Paulo que respondeu pelo acentuado decréscimo desta categoria de produtores na Região Sudeste. Neste Estado, mais uma vez, foram as transformações verificadas na sua estrutura fundiária que, ao se caracterizarem por uma significativa perda de expressão dos pequenos estabelecimentos na maior parte das microrregiões, concorreram para que, em muitas delas, se verificassem perdas das mais acentuadas no contingente de arrendatários.

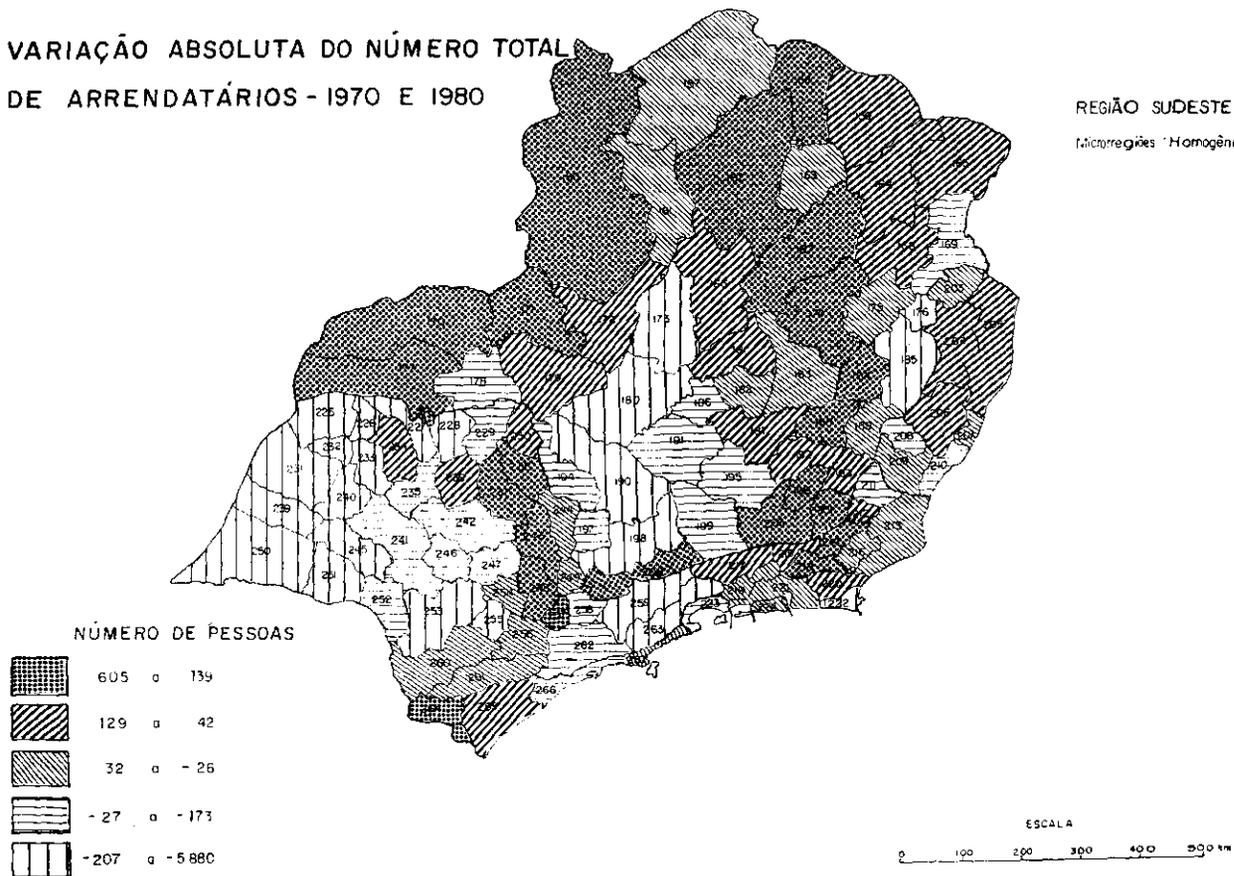
Com relação aos produtores parceiros constatou-se, também, que, em face da maneira como vem se processando a penetração do capital no setor agropecuário do Sudeste, seu número total foi reduzido, a nível regional. Neste particular, foi o Estado de São Paulo que, tal como visto quanto aos arrendatários, figurou como o principal responsável pelo decréscimo desta condição de produtor, onde o número de parceiros retraiu-se na grande maioria de suas microrregiões e, em várias delas, de forma bastante expressiva (Mapa 4). Em Minas Gerais esta categoria de produtor teve, também, seu contingente reduzido, porém, de forma pouco acentuada. Neste Estado a distribuição, a nível microrregional, das variações absolutas do número de parceiros parece indicar que, apesar de em muitas microrregiões, ainda prevalecerem práticas extensivas nos estabelecimentos, o desencadeamento do processo de modernização que vem atingindo o setor agropecuário de Minas Gerais, vem ocasionando a substituição desta categoria de produtor por outras formas de trabalho que melhor se adaptem aos objetivos dos proprietários da terra. Quanto ao Estado do Rio de Janeiro, as variações absolutas revelaram uma estreita correlação com aquelas constatadas na estrutura fundiária ocorrendo aumento da parceria na maioria das microrregiões onde houve acréscimo do número de estabelecimentos. Já no Espírito Santo, onde a estrutura fundiária se caracterizou por uma redução generalizada do número de estabelecimentos, esta categoria de produtor aumentou na maioria das microrregiões.

Quanto aos ocupantes, cujo contingente só é numericamente inferior ao de proprietários, registraram-se reduções pouco significa-

VARIAÇÃO ABSOLUTA DO NÚMERO TOTAL DE ARRENDATÁRIOS - 1970 E 1980

REGIÃO SUDESTE

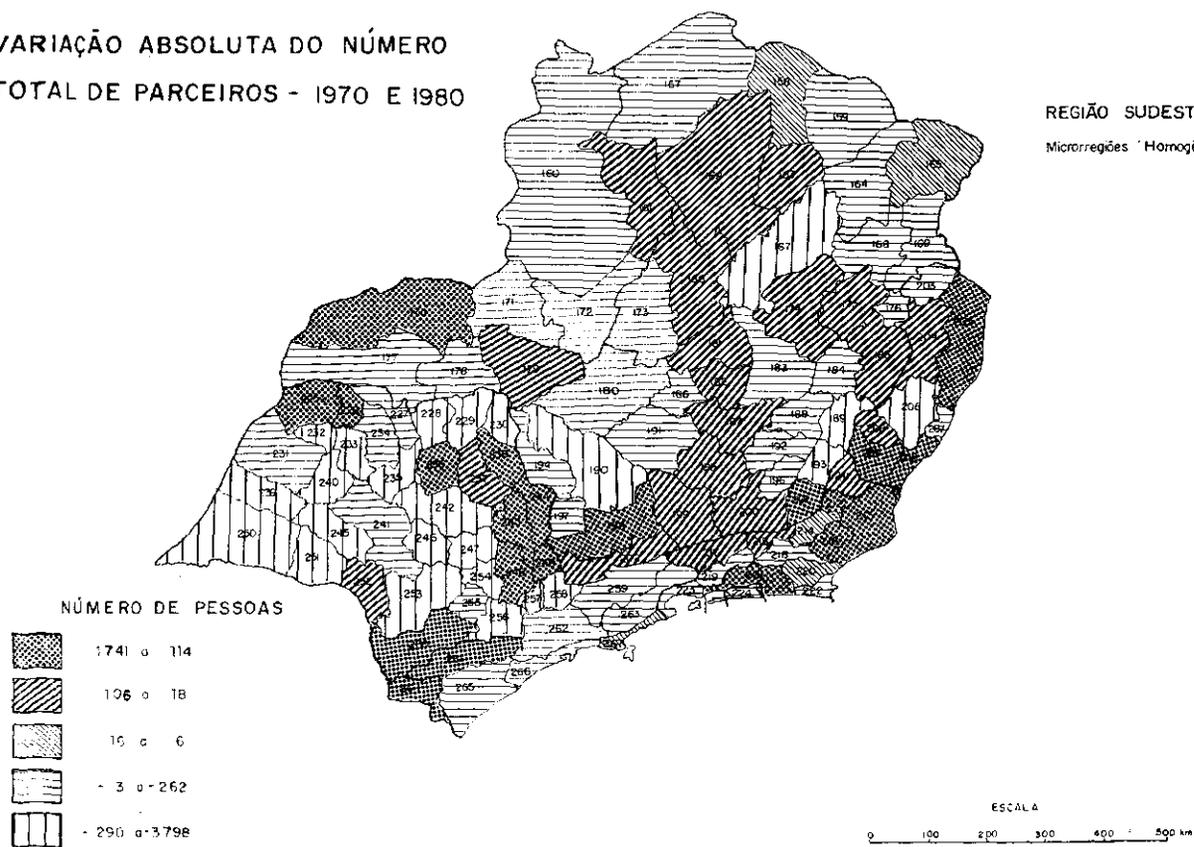
Microrregiões Homôneas



FONTE - Censo Agropecuário 1970 e Síntese Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, 1986E.

VARIAÇÃO ABSOLUTA DO NÚMERO
TOTAL DE PARCEIROS - 1970 E 1980

REGIÃO SUDESTE
Microrregiões Homogêneas



FONTE - Censo Agropecuário 1970 e Síntese Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

tivas em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, e uma situação de estabilidade no Espírito Santo. Todavia, esta homogeneidade quanto às alterações observadas no contingente de ocupantes não se dá em escala microrregional, quando se verificam diversificações espaciais muito grandes (Mapa 5). Tal comportamento tem estreita correlação com a forma desigual com que a agricultura empresarial se expande no espaço regional do Sudeste. Mesmo considerando que esta correlação existe também, no referente às demais condições de produtores, é preciso relevar que, enquanto as ocupações representam uma forma não autorizada de posse da terra, todas as demais são formas legalizadas. Com a expansão e intensificação do modo de produção dominante, tais categorias de produtores, uma vez subordinadas e reorientadas, podem se adequar às suas necessidades, sendo, portanto, preservadas, mesmo com algumas modificações.

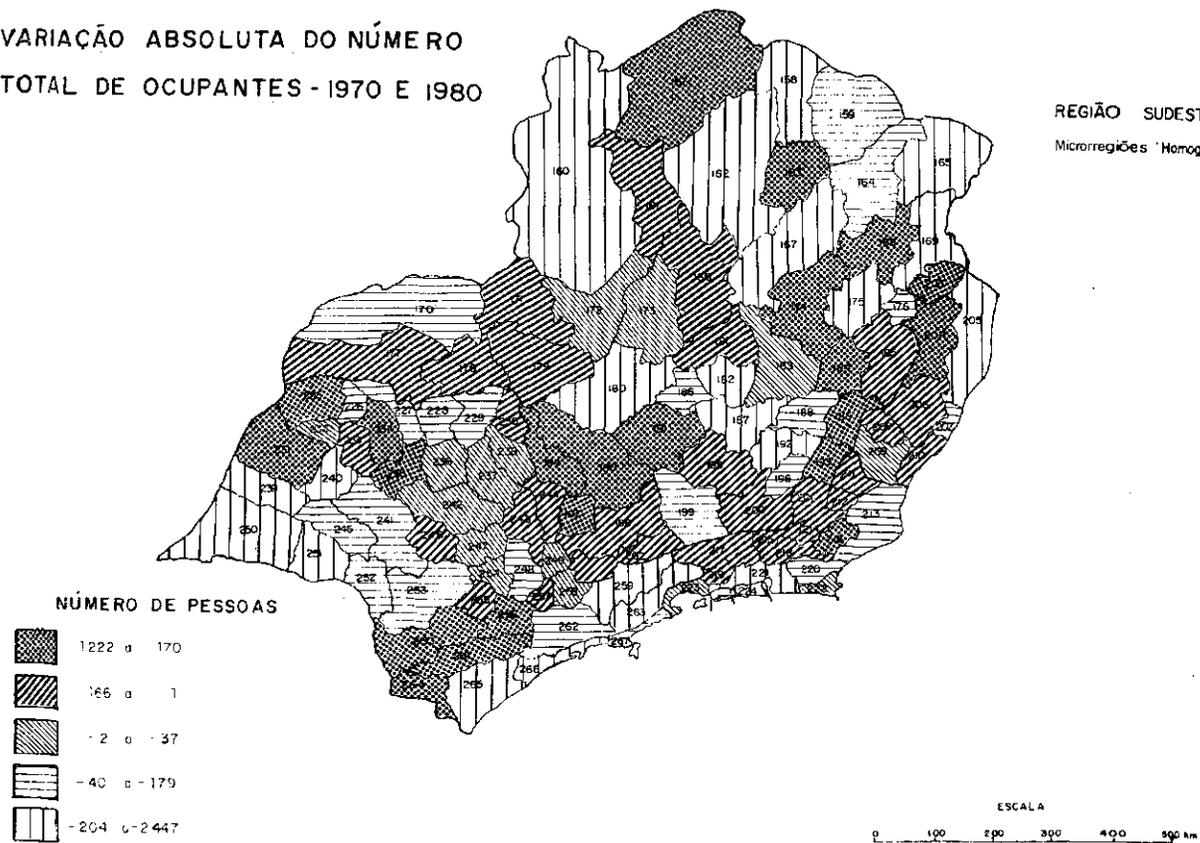
Considerando-se que um dos aspectos característicos das alterações observadas na organização agrária do Sudeste, no período 1970 a 1980 foi a expansão da área total dos estabelecimentos, através, principalmente, da ampliação de médias e, sobretudo, grandes empresas, infere-se que tenha havido uma redução do espaço ocupado por posseiros. Portanto, esta redução que, implicou em retração da área média dos estabelecimentos dos ocupantes e em diminuição numérica do seu contingente pode, conseqüentemente, levá-los à ocupação de áreas, geralmente, de difícil acesso e de solos mais pobres, cuja topografia, muitas vezes, torna menos viável a mecanização. Muitos dos ocupantes que permaneceram na Região, não migrando para os centros urbanos, ou não se integraram ao processo produtivo como assalariados, ou certamente tenderam a ocupar áreas com terras devolutas, onde o processo de modernização agrária era, ainda, incipiente.

Ressalte-se que, nessa Região, onde é bastante elevado o grau de maturação do capital, são restritas as áreas de modernização pouco significativa, o que pode ser avaliado, entre outros fatores, pelo elevado índice de mecanização do setor agropecuário do Sudeste. Tanto assim que, a nível microrregional, mesmo tendo se constatado diferenciações bem acentuadas nas variações absolutas quanto ao número de tratores, poucas foram as microrregiões que acusaram retração, ou pequena intensificação do processo de mecanização, na década de 70 (Mapa 6). Proporcionalmente, foi o Rio de Janeiro que figurou com maior número de microrregiões com baixo nível de mecanização, onde somente a Açucareira de Campos, cujo setor agropecuário se caracteriza pela existência de grandes estabelecimentos que praticam uma cultura canieira em moldes empresariais, notabilizou-se pelo incremento do emprego de tratores.

Já o Espírito Santo apresentou-se com situação mais favorável, tendo a Microrregião Baixada Espírito-Santense se destacado com alto índice de mecanização, decorrente da atuação de empresas capitalistas que realizaram fortes investimentos nos setores da silvicultura e da pecuária. No Estado de Minas Gerais, onde a fronteira agrícola expandiu-se, substancialmente, tal processo ocorreu de duas formas. Enquanto as microrregiões distribuídas a leste e nordeste figuraram sempre com baixos níveis de mecanização o contrário ocorreu com a maioria das microrregiões situadas no Centro-Sul, Triângulo Mineiro e oeste do Estado. Tal realidade indica que nas microrregiões situadas a leste e nordeste de Minas Gerais, onde o processo produtivo era, predominante-

VARIAÇÃO ABSOLUTA DO NÚMERO
TOTAL DE OCUPANTES - 1970 E 1980

REGIÃO SUDESTE
Microrregiões Homôneas



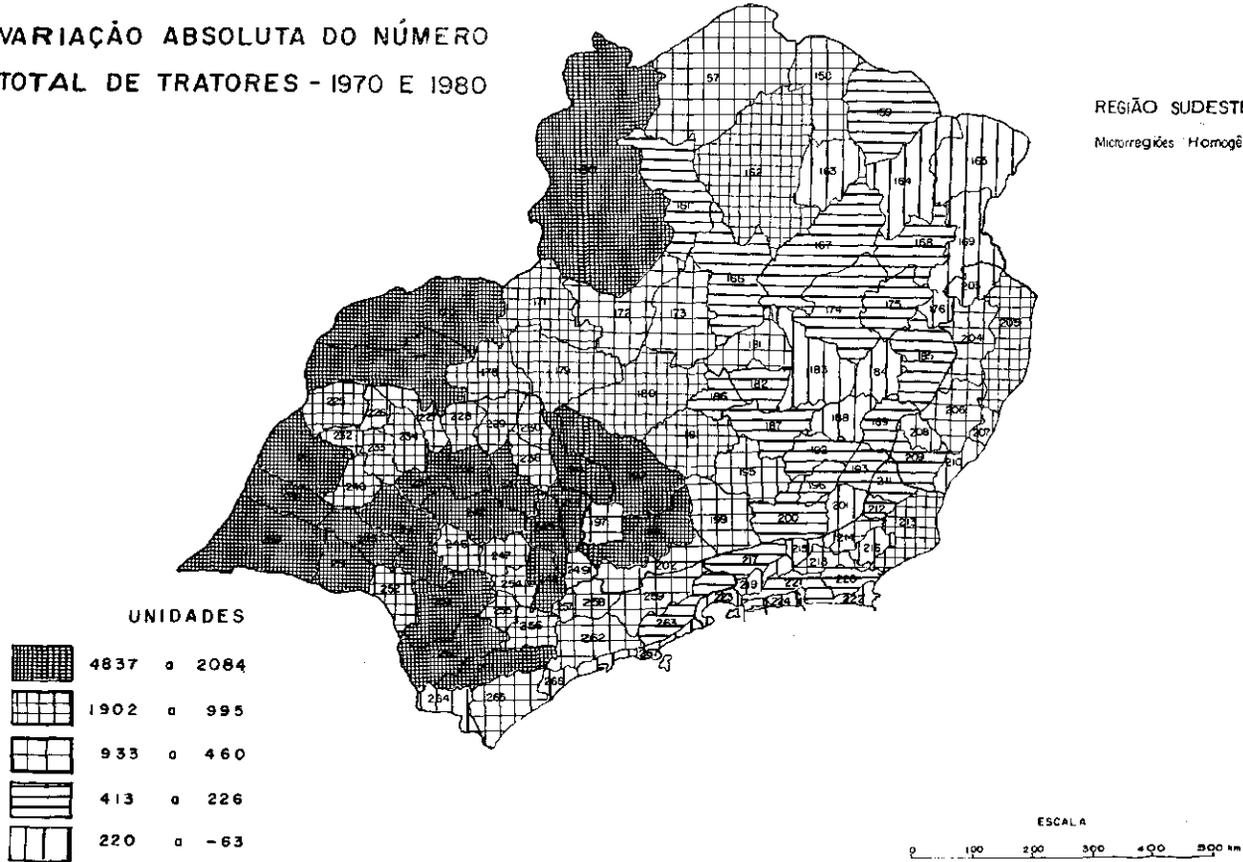
FDNE - Censo Agropecuário 1970 e Síntese Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, 1982.

MAPA 5

VARIAÇÃO ABSOLUTA DO NÚMERO
TOTAL DE TRATORES - 1970 E 1980

REGIÃO SUDESTE

Microregiões Homôneas



FONTE - Censo Agropecuário 1970 e Síntese Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, 1982.

mente, extensivo até o final da década de 70, elas formam a única área contígua, espacialmente expressiva, onde o processo de modernização se manteve incipiente no Sudeste.

Em relação ao Estado de São Paulo, ocorreu ali o mais expressivo processo de intensificação da agricultura, com a maior parte das microrregiões apresentando elevados índices de mecanização; somente quatro microrregiões paulistas, situadas na Serra do Mar e na orla litorânea, apresentaram baixo índice de mecanização.

A elevada mecanização do setor agropecuário, bem como a expressiva expansão da área total dos estabelecimentos, foi acompanhada, nos anos em estudo, de um grande aumento das áreas de lavoura, principalmente as temporárias. Se as políticas oficiais preconizavam um papel importante para a agricultura no comércio exportador e, em menor escala, no interno — produção de alimentos e matérias-primas — foi o setor das lavouras temporárias que respondeu, em primeiro lugar, às necessidades de expansão da produção (Mapa 7).

A distribuição de suas variações absolutas pelas microrregiões revela que os Estados de Minas Gerais e São Paulo foram os que mais se notabilizaram quanto aos aumentos apresentados. Convém assinalar, também, que eles se distinguiram, de forma significativa, quanto aos produtos mais importantes cultivados.

Em Minas Gerais as áreas da lavoura temporária aumentaram, na maior parte das microrregiões, influenciadas pela expansão da pecuária, tanto que, o milho, cujo cultivo, freqüentemente, precede a implantação do pasto, foi o produto que apresentou acréscimos mais generalizados. A soja foi, também, outro produto da lavoura temporária que apresentou um crescimento substancial em Minas Gerais, o que ocorreu mais particularmente em microrregiões do Centro-Sul, do Oeste e do Triângulo Mineiro.

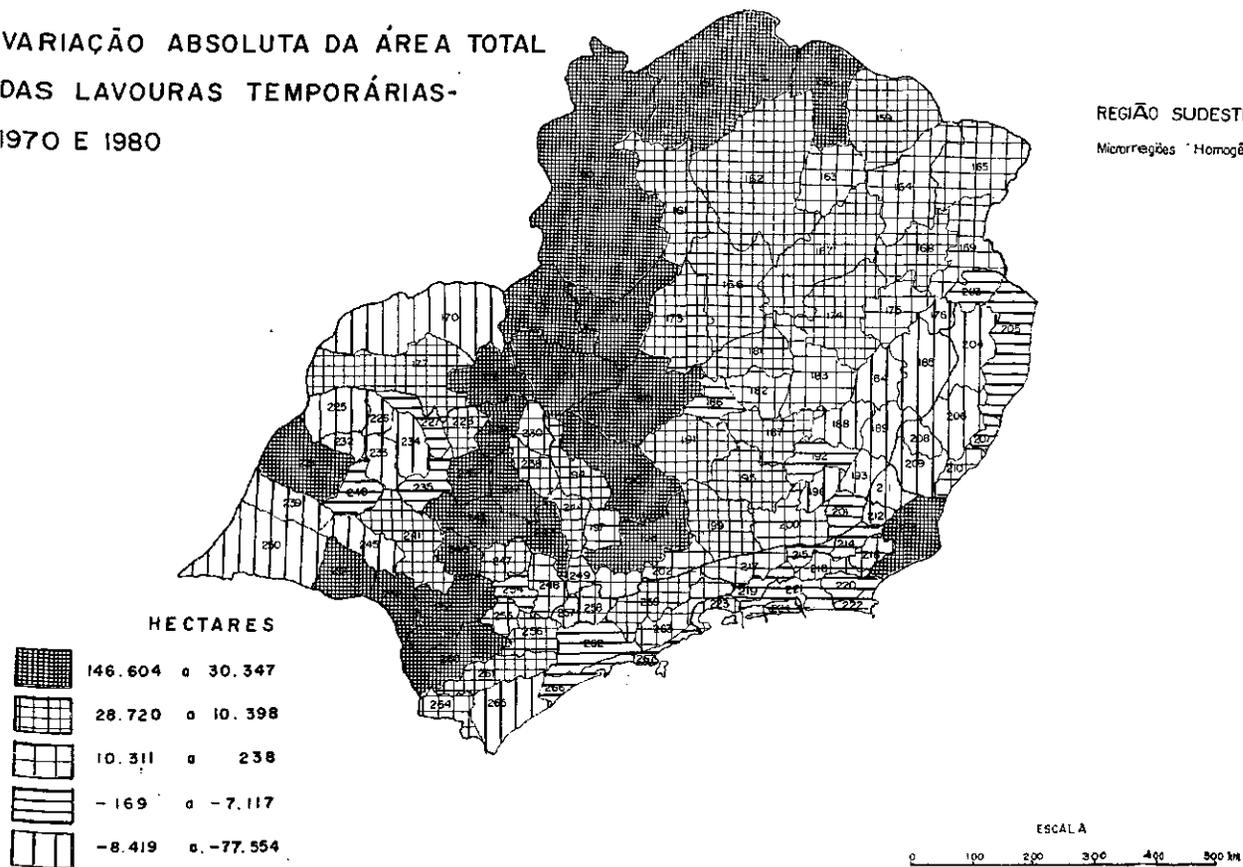
Em São Paulo, a cana-de-açúcar foi o produto responsável pelo aumento mais generalizado das áreas de lavouras temporárias, tendo ocorrido mais particularmente em microrregiões alocadas no centro e no leste do Planalto Ocidental Paulista, onde a existência de uma infraestrutura já montada, concorreu para que fossem mais beneficiadas pelo Programa Nacional do Alcool (PROALCOOL). Em segundo plano, figuram a soja e o trigo, porém, com incrementos expressivos bem menos generalizados, tendo sido a Microrregião Alta Sorocabana de Assis (251) que, neste particular, se apresentou com maior destaque. Trata-se, na realidade, das culturas temporárias que mais concorreram para a intensificação da mecanização da agricultura no Estado.

Fora destes Estados, só merece referência especial, o desenvolvimento das áreas de lavouras temporárias verificado no Rio de Janeiro, na Microrregião Açucareira de Campos, o qual ocorreu, basicamente, em função da cultura da cana-de-açúcar, e se deveu, também, aos investimentos do PROALCOOL.

Quanto aos aumentos das áreas das lavouras permanentes eles se deveram, sobretudo, às culturas da laranja e do café, que só não influenciaram, de forma ponderável, microrregiões do Rio de Janeiro. A cultura do café concorreu, por sua vez, para os aumentos das lavouras permanentes em microrregiões do sul de Minas Gerais e Triângulo Mineiro. Porém, foi no Espírito Santo, onde esta cultura foi reativada na década em estudo, que se operaram aumentos mais generalizados, os quais concorreram para o decréscimo das lavouras temporárias na maior parte das microrregiões (Mapa 8).

VARIAÇÃO ABSOLUTA DA ÁREA TOTAL
DAS LAVOURAS TEMPORÁRIAS-
1970 E 1980

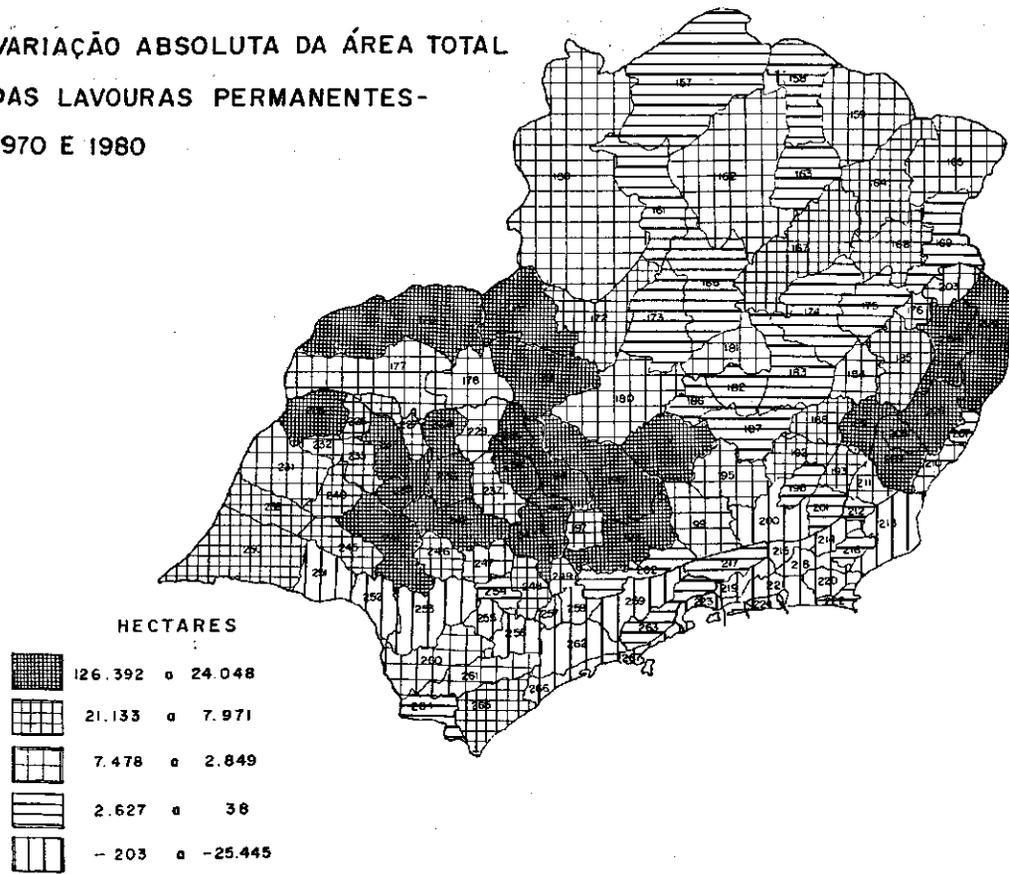
REGIÃO SUDESTE
Microrregiões Homogêneas



FONTE - Censo Agropecuário 1970 e Síntese Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

VARIAÇÃO ABSOLUTA DA ÁREA TOTAL
DAS LAVOURAS PERMANENTES-
1970 E 1980

REGIÃO SUDESTE
Microrregiões Homogêneas



FONTE - Censo Agropecuário 1970 e Síntese Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

MAPA 8

Em São Paulo, o aumento da área da lavoura permanente ficou por conta, principalmente, da cultura da laranja, e secundariamente de outros produtos frutícolas. O café, de modo geral não influenciou neste particular, já que teve muitas de suas áreas substituídas por culturas temporárias. Dessa forma, foi a laranja o produto principal responsável pelos aumentos de área da lavoura permanente em microrregiões da Depressão Periférica Paulista e do Planalto Ocidental Paulista. Fora desse Estado só convém assinalar a importância desta cultura para o crescimento da área da lavoura permanente nas Microrregiões mineiras de Uberlândia, Uberaba, Pontal do Triângulo Mineiro e Espinhaço Meridional.

No que se refere à pecuária, constatou-se que, nesta década, também foi bastante ponderável o aumento do rebanho bovino que, na grande maioria das microrregiões do Sudeste, apresentou aumentos superiores a 32 mil cabeças de gado. Todavia, a maneira como se processou a distribuição das alterações referentes às variações absolutas através das microrregiões, permite estabelecer inferências quanto à evolução do crescimento do rebanho bovino (Mapa 9).

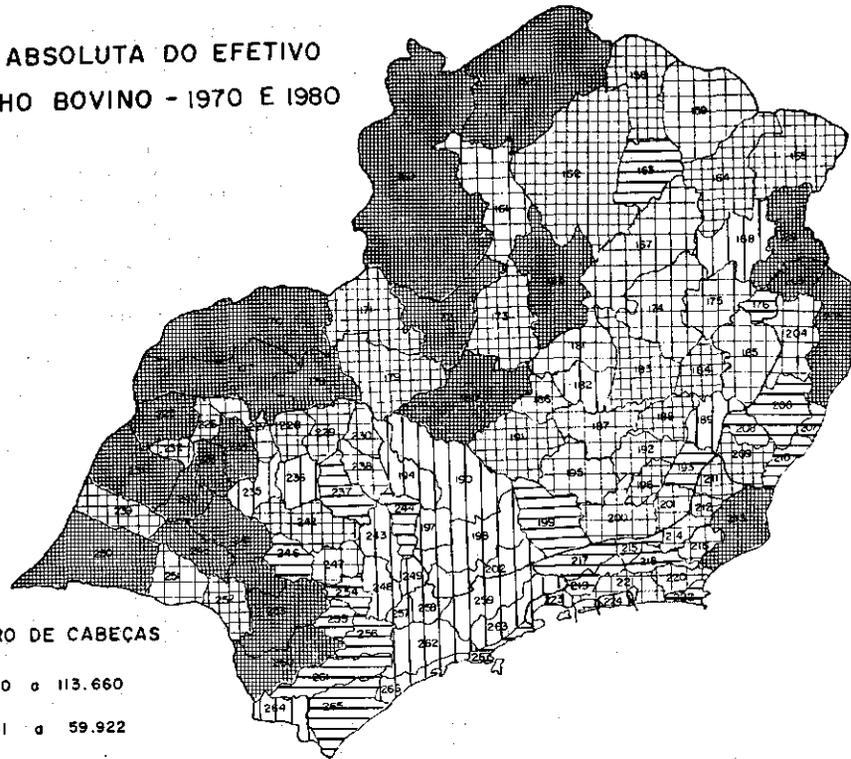
Em Minas Gerais, a distribuição das variações absolutas parece indicar que o aumento da prática desta atividade está relacionado a alguma forma de intensificação do processo produtivo dos estabelecimentos. Tanto assim que, embora, na maioria das microrregiões de Minas Gerais, a pecuária ainda seja realizada extensivamente, constatou-se que os acréscimos mais expressivos do rebanho bovino ocorreram naquelas onde se registraram, de modo geral, os mais expressivos índices de variação absoluta, no referente ao incremento da prática agrária com o emprego de técnica moderna. No que se refere a atividade pecuária, o sul do Estado constitui um caso a parte, pois, ao contrário do norte mineiro, o processo de modernização havido nesta área relaciona-se menos com a atividade criatória do que com o desenvolvimento de lavouras de alto valor comercial — café, soja e trigo — cujas culturas se expandiram, em grande parte, em áreas antes destinadas às pastagens.

O Estado de São Paulo apresentou, também, tendência a um aumento do rebanho cada vez maior na direção do oeste. Parece que, em relação as microrregiões situadas ao leste os problemas que concorreram para a redução em número e área dos estabelecimentos justificam a pouca significância das variações absolutas. Mais para o centro, este aspecto pode estar relacionado com o grande desenvolvimento tanto das lavouras temporárias como permanentes. Quanto aos grandes aumentos observados nas microrregiões meridionais e centro-ocidentais, pode-se aventar como fatores explicativos, não só a maior disponibilidade de terras — em grande parte de topografia plana e revestidas de vegetação campestre — como a concessão de créditos oficiais. Tais condições ensejaram um processo de especialização, tanto no setor da pecuária de corte, nas áreas mais próximas aos vales do Paraná, do Parapanema e do Grande, como na da leiteira, mais para o centro.

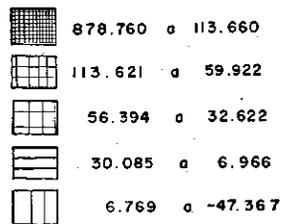
Embora os Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo não tenham revelado progressos tão intensos quanto os de São Paulo e Minas Gerais, a maior parte das microrregiões também acusou aumentos superiores a 32 mil cabeças de gado. Porém, nestes Estados apenas três microrregiões apresentaram aumentos mais intensos, as quais se situam nas áreas setentrionais. Trata-se de microrregiões que se destacaram quanto

VARIAÇÃO ABSOLUTA DO EFETIVO
DO REBANHO BOVINO - 1970 E 1980

REGIÃO SUDESTE
Microrregiões Homogêneas



NÚMERO DE CABEÇAS



ESCALA



FDNTE - Censo Agropecuário 1970 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

MAPA 9

a mecanização e que, apesar de terem acusado grande aumento das áreas de lavoura têm, também, grande disponibilidade de terras destinadas à atividade pecuária.

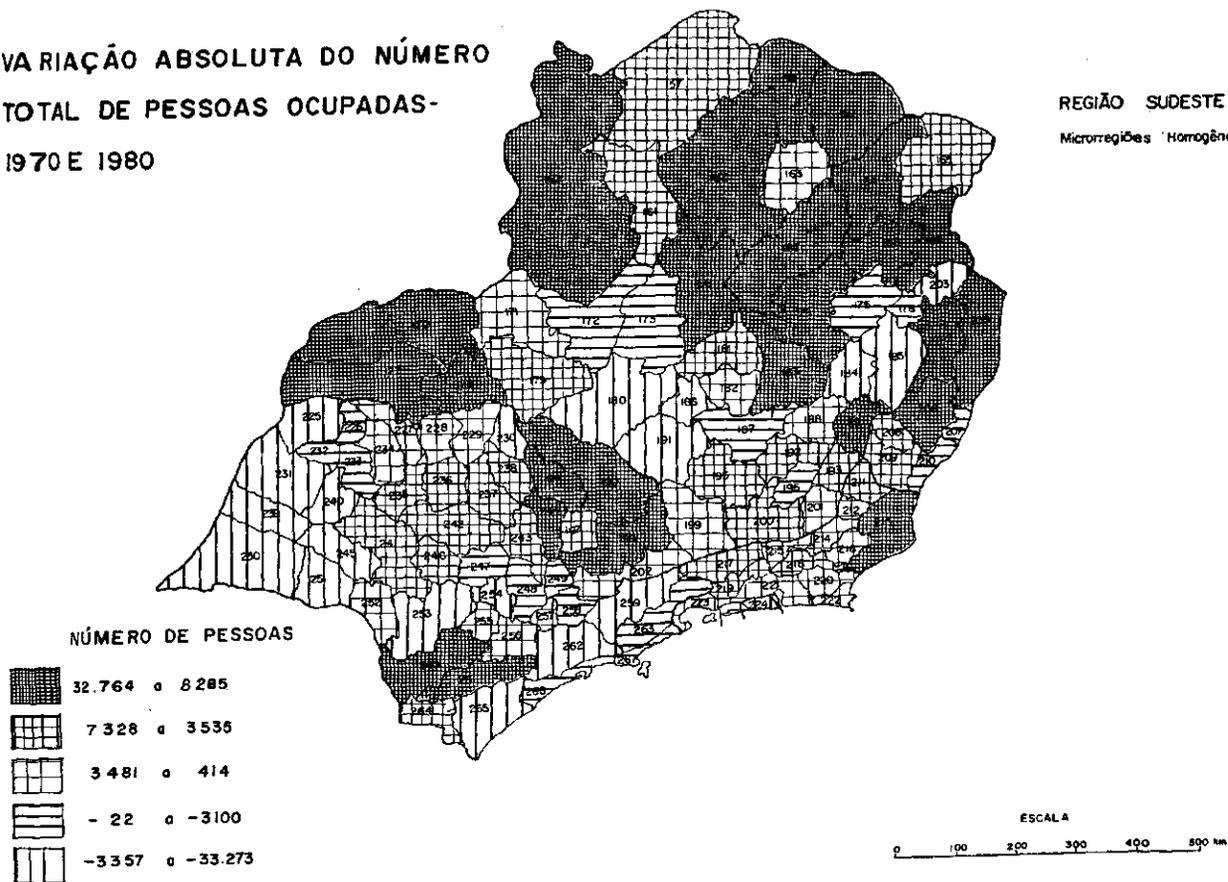
Essas transformações havidas na organização agrária do Sudeste, implicaram, ainda, em significativas alterações nas relações de produção, na medida em que foram privilegiadas aquelas categorias de pessoal ocupado que melhor se adequavam às diferentes atividades das empresas agropecuárias. Assim, em áreas onde o processo produtivo se caracterizava por uma utilização intensiva de máquinas houve, de modo geral, uma tendência ao aumento do trabalho temporário. Já naquelas de ocupação recente e naquelas onde, apesar de ocupação antiga, se caracterizaram, igualmente, por uma expansão horizontal de agricultura, a tendência geral foi de um aumento do total do pessoal ocupado. Enquanto na primeira destas áreas a fase inicial da implantação das atividades agrícolas demandaria um contingente maior de mão-de-obra, em muitas das microrregiões que se caracterizaram por um aumento da área dos estabelecimentos, o incremento do pessoal ocupado estaria correlacionado a não ocorrência, nessas unidades de observação, de um processo de modernização. De fato, com a ausência de práticas intensivas, a força de trabalho era, ainda, dominante na estrutura do processo produtivo dos estabelecimentos nessas microrregiões. Supõe-se que, com a expansão horizontal da agricultura a qual, em grande medida, se deu por meio de um processo de concentração fundiária, muitos dos antigos produtores expropriados teriam sido reincorporados como mão-de-obra no processo de produção (Mapa 10).

Com relação às microrregiões que se caracterizaram por transformações intensas ou muito intensas no que se refere ao incremento em máquinas, ou em máquinas e ocupação de terras, constatou-se uma tendência geral à retração ou ao incremento menos significativo do pessoal ocupado. Mesmo em algumas microrregiões onde, concomitantemente à intensificação do processo produtivo, houve um expressivo aumento do contingente de mão-de-obra, o número de pessoas ocupadas por hectare de estabelecimento reduziu-se no decorrer deste período. Neste último caso incluiu-se, por exemplo, a região do Triângulo Mineiro. Esta tendência à redução, do emprego de mão-de-obra na agricultura, em microrregiões onde o processo de modernização se fez mais intenso, é uma conseqüência da própria tecnificação da agricultura. Enquanto as práticas extensivas caracterizam o sistema de produção, e a força de trabalho é predominante, o espaço produtivo das microrregiões incorporam um crescente contingente de mão-de-obra; quando, porém, há uma intensificação do processo produtivo, sobremaneira pela tecnificação, há uma restrição da demanda de força de trabalho, incorrendo em uma liberação de parte do segmento de trabalhadores antes ocupados. Neste processo, o contingente de mão-de-obra passa primeiro a decrescer em termos relativos para, então, reduzir-se em termos absolutos.

A tecnificação, aliada à tendência à especialização da produção deterioram as condições do mercado de mão-de-obra, tanto por restringir a demanda como por aumentar a sazonalidade do trabalho. Tendo suas oportunidades de emprego bastante reduzidas nos períodos de entressafra, a força de trabalho da maioria desse contingente populacional permanece ociosa pois, não tendo acesso aos meios de produção — sobretudo a terra —, a sua capacidade de reprodução está estritamente correlacionada com a capacidade do mercado de trabalho de absorver

VARIAÇÃO ABSOLUTA DO NÚMERO
TOTAL DE PESSOAS OCUPADAS -
1970 E 1980

REGIÃO SUDESTE
Microrregiões Homogêneas



FORNE - Censo Agropecuário 1970 e Síntese Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

MAPA 10

sua mão-de-obra. Desse modo, em muitas microrregiões de São Paulo, onde a agricultura era bastante tecnificada, ao lado de uma redução do total do pessoal ocupado, registrou-se, em 1980, uma participação do trabalhador volante acima da média estadual, que era de 15%.

Considerando-se a expressividade desta média, que representa o dobro da referente à totalidade do País, afirma-se que, dadas as características assumidas pelo processo de modernização na década de 70, a categoria "volante", é a que melhor se coaduna com as necessidades de produção dos estabelecimentos capitalistas. Isto porque o emprego sazonal a que estão sujeitos estes trabalhadores, viabiliza a superação do problema da ociosidade da mão-de-obra empregada, decorrente da diferença entre tempo de trabalho e tempo de produção, intrínseco à natureza das atividades agropecuárias. Sendo o nível de reprodução deste segmento de mão-de-obra determinado pelas necessidades de mercado e não pelas da subsistência, a impossibilidade de acesso à terra e a sazonalidade de seu emprego se configuram como fatores que implicam em uma deterioração de suas condições de existência.

Pelo exposto constatou-se, a nível microrregional, significativas diferenciações espaciais apesar da tendência à uniformização da totalidade do espaço rural desta Região, em decorrência do processo de modernização ocorrido na última década. A expressividade deste processo patenteia-se nas significativas transformações que se deram na organização agrária, como o intenso incremento das áreas dos estabelecimentos, das áreas em lavouras, do número do rebanho bovino, do número de máquinas e nas alterações havidas nas relações de produção. Ressalte-se, ainda, que foram as áreas ocupadas por produtos de alto valor comercial, destinados sobretudo à exportação, as que mais se expandiram, denotando com isso uma projeção ainda maior do setor da grande agricultura comercial, que mesmo antes da década em questão, já era expressivo no Sudeste.

Portanto, apesar das diferenciações observadas na forma como estava estruturada a produção nas diferentes microrregiões, a tendência à homogeneização é consubstanciada pela expansão e intensificação de uma economia de mercado que, ao se reproduzir de modo desigual e combinado, pode ou não manter, de forma subordinada, estruturas produtivas, não tipicamente capitalistas, caso estas sob condições determinadas, melhor se coadunem com suas necessidades de produção.

5 — CONCLUSÃO

Conforme analisado, foi no decorrer da década de 70 que a escala de reprodução do capital agrário ampliou-se de forma contundente, por um processo de modernização. Esta modernização da agricultura que envolve modificações na organização da produção deste setor e nas relações de trabalho nela configuradas, concretiza-se, fundamentalmente, na base técnica do processo de produção agropecuário. Neste sentido, o papel do Estado se revelou imprescindível pois, foi através das diretrizes concretizadas pelos diversos mecanismos de consecução dos objetivos políticos que tal processo, em grande medida, se viabilizou.

Assim, neste decênio, em acordo com as metas previstas no I e II PND's o Estado criou e/ou aperfeiçoou toda uma infra-estrutura destinada a agilizar o escoamento da produção dos estabelecimentos, ao mesmo tempo em que estimulou, através de uma ampla rede de

incentivos, a tecnificação da agricultura e a ampliação da área total dos estabelecimentos, por um processo de concentração fundiária.

O nível de concentração das terras que, no Brasil é bastante elevado, reflete a natureza da economia agrária brasileira onde a grande unidade produtiva constitui o elemento básico de um sistema econômico que, em termos gerais, objetiva o fornecimento, em larga escala, de produtos primários de alto valor comercial destinados, sobretudo, à exportação. Portanto, considerando-se as características assumidas pelo capitalismo agrário no Brasil, é a forte concentração fundiária que viabiliza o desenvolvimento da empresa agropecuária, fornecendo-lhe a base territorial concreta para atingir seus objetivos.

Nesse sentido, a intensificação do processo de concentração nos anos 70, afigurou-se como condição fundamental do desenvolvimento do processo de produção capitalista que se deu nesta década. No mesmo contexto, a tecnificação constituiu-se, também, como elemento inerente à capitalização do campo pois, sendo a técnica um meio e não um fim em si mesmo, seu desenvolvimento em uma economia de mercado objetiva, em última instância, a maximização dos lucros das empresas agropecuárias.

Portanto, dado que os objetivos políticos predominantes na década de 70, preconizavam um maior estreitamento das relações internacionais de interdependência e complementaridade da economia brasileira, o processo capitalista no campo assumiu, nestes anos, características específicas onde a tecnificação da agricultura, nos moldes em que ocorreu, assim como a concentração fundiária foram fatores determinantes na viabilização daquele processo produtivo que, por sua vez, teve por base um extenso sistema de créditos oficiais. Considerando-se que o nível de maturação do capital no Sudeste, em relação às demais Regiões, já se configurava bastante elevado antes da década de 70, foram as empresas agropecuárias, instaladas nesta Região, por serem fundamentais ao conjunto da economia agrária do País, que canalizaram uma parte substancial dos financiamentos destinados ao incremento da grande agricultura comercial.

Nesse sentido, o sendo o Sudeste o pólo hegemônico da formação sócio-econômico-espacial brasileira, foi nesta Região que o processo de capitalização da agricultura — refletido pela modernização, em seu sentido amplo — adquiriu plena expressão na década de 70. Ressalte-se que este processo de capitalização, que é historicamente determinado, só pôde se realizar em um espaço que é, também, historicamente determinado. Esta realização dá-se a nível de um equilíbrio instável, não só pela ação do desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção mas, também, em função das características preexistentes neste espaço. Assim, a análise da configuração espacial do processo de modernização no Sudeste, permite estabelecer diferenciações que se configuram em um espaço que, ao nível da consecução das metas de incremento das empresas agropecuárias, foi submetido aos mesmos mecanismos de ação política. Nestes termos, verificou-se que, na Região, na década de 70, poucas foram as microrregiões onde a modernização agrária não incorreu em uma significativa modificação na organização da produção. Dentro de uma concepção que considera a tendência à homogeneização monopolística do espaço, o setor agropecuário de tais microrregiões representa áreas “residuais”, uma vez que, de um modo

geral, nestas unidades de observação são as atividades produtivas do setor urbano que têm uma relevância econômica maior (Mapa 11) ¹³.

Mesmo microrregiões integrantes do grupo que apresentou algumas transformações de média intensidade em sua organização agrária, caracterizavam-se, igualmente, por um expressivo setor urbano. No entanto, nestas áreas, a economia rural é, também, significativa, destinando-se a maior parte da produção agropecuária ao abastecimento imediato dos grandes centros urbanos regionais, seja pela prática de uma pecuária predominantemente leiteira, seja pelo desenvolvimento intensivo de uma horticultura e/ou fruticultura, ou mesmo das duas atividades. Ressalte-se, ainda que em muitas destas unidades de observação — sobretudo a da Grande São Paulo e a da maioria das microrregiões a elas contíguas — já se praticava uma agricultura bastante capitalizada mesmo antes dos anos 70 o que, em grande medida, justificaria o incremento expressivo em máquinas apenas em termos relativos, na década. Algumas das microrregiões desse grupo que apresentaram incremento somente na área total dos estabelecimentos, se caracterizam por uma pecuária praticada em moldes tradicionais. Este é o caso daquelas que formam em agrupamento contíguo na região da Serra da Mantiqueira e do Alto Vale do Rio Doce ¹⁴. O incremento em área desses estabelecimentos não implicou em maiores modificações no sistema criatório destas microrregiões, pois, tal expansão não está associada a qualquer forma de intensificação do processo produtivo, mas antes ao sistema de subsídios criados pelas políticas governamentais, que facilitaram o acesso à terra. Portanto, de um modo geral, não se pode afirmar que nessas áreas tenha havido propriamente um processo de modernização no último decênio.

Foram sobretudo as microrregiões que apresentaram transformações intensas ou muito intensas na organização da produção que definiram o processo de alteração havido no Sudeste nos anos 70. Em termos espaciais releva-se, genericamente, dois grandes conjuntos de microrregiões. Em um, situado no centro-norte mineiro, o fator terra se destaca como principal elemento; em outro, formado por algumas microrregiões do sul de Minas Gerais e por várias outras distribuídas na hinterlândia paulista, é o incremento em máquinas que irá individualizá-lo. Enquanto neste último conjunto era reduzido o número das microrregiões, que se destacou, de modo significativo, apenas pela incorporação de máquinas, no primeiro, a área ocupada pelas microrregiões que se caracterizaram apenas pelo aumento da área total de estabelecimentos era bastante expressiva.

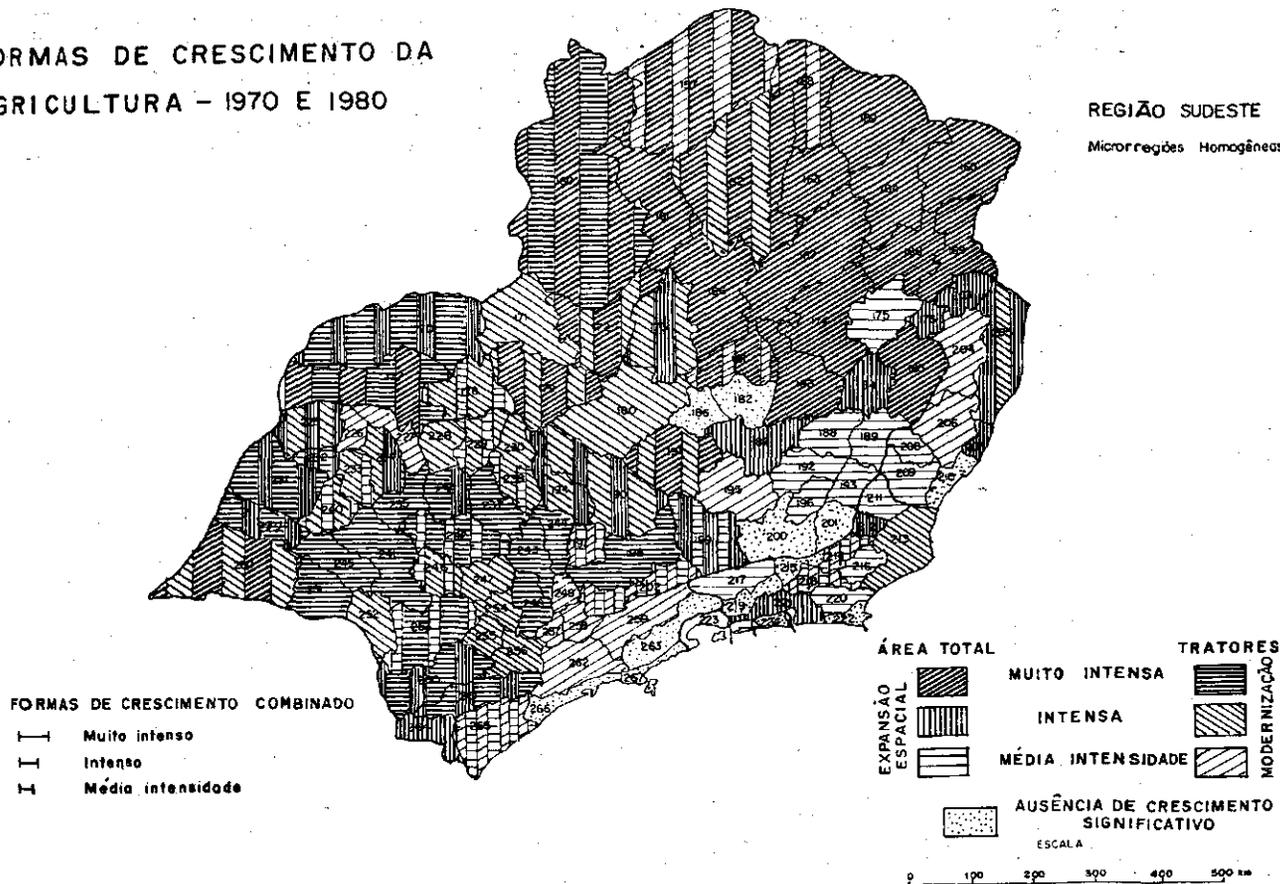
As microrregiões do Sudeste onde o fator terra ainda se destacava, no decorrer da década de 70, como o principal fator de produção, são áreas tipicamente pecuaristas, onde a atividade criatória é praticada extensivamente, sendo a formação das pastagens precedida pelo cultivo de um cereal. Embora, em certa medida, tenham sido introduzidas determinadas práticas intensivas no processo de produção dos estabelecimentos, não se pode afirmar que nessas áreas tenha havido propria-

¹³ O mapa 11 foi elaborado com base nos dados referentes as variações absolutas do número de tratores e da área total dos estabelecimentos. Da combinação dessas variáveis, previamente agrupadas em quintis, resultou uma sistematização das diferentes microrregiões, em um quadro onde estas foram alocadas de acordo com a forma predominante de concretização de processo de modernização no setor agropecuário.

¹⁴ Excetua-se apenas a Microrregião Vertente Ocidental do Caparaó (189), onde se desenvolve lavoura cafeeira em detrimento da atividade pecuária.

FORMAS DE CRESCIMENTO DA AGRICULTURA - 1970 E 1980

REGIÃO SUDESTE
Microrregiões Homogêneas



FONTE - Censo Agropecuário 1970 e Síntese Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, 1982.

MAPA 11

mente um processo de modernização da agricultura. O que houve, nessas unidades de observação foi, antes, um crescimento horizontal da agricultura que se associa, sobretudo, à política de subsídios oficiais implantada a partir de meados dos anos 60.

Um efetivo processo de modernização ocorre na área formada pelas microrregiões localizadas no centro-oeste paulista, onde já se praticava uma lavoura e uma pecuária bastante capitalizadas da década de 60. Este conjunto se caracterizou por uma grande incorporação de máquinas ao processo de produção agropecuário nos anos 70, devido à conjuntura de mercado favorável e à política de modernização subsidiada, que viabilizou um maior aumento da composição orgânica do capital nestas microrregiões. Nas demais, as alterações na organização da produção, decorrentes do processo de modernização, foram consubstanciadas por uma tecnificação da agricultura e por uma concentração fundiária.

Nessas últimas microrregiões onde a produção, de um modo geral, apresenta, também, um alto valor comercial — o que viabilizou o maior investimento em máquinas — a expansão horizontal da agricultura deu-se tanto pela incorporação de novas terras, quanto, em áreas de aproveitamento mais antigo, por um rearranjo da malha fundiária. Neste caso estão as microrregiões do Oeste Paulista e do Triângulo Mineiro onde já se desenvolviam atividades de pecuária e de lavoura. Na década de 70, a pecuária passa a ser ali desenvolvida em moldes mais intensivos, enquanto as práticas agrícolas adquirem um caráter nitidamente comercial.

Já nas microrregiões nas quais se registrou um processo de expansão da fronteira agrícola, mesmo considerando que houve uma efetiva introdução de algumas práticas intensivas no processo de produção dos estabelecimentos, as atividades agropecuárias, em grande medida, ainda são desenvolvidas em moldes tradicionais. No caso da formação dos pastos, por exemplo, ela ainda é precedida pela cultura de cereais. Portanto, nestas microrregiões de ocupação recente, é muito significativo o desenvolvimento da produção agrária por um processo de expansão horizontal do espaço rural produtivo.

Assim, uma vez verificados os dados referentes à expansão em área dos estabelecimentos e ao aumento em máquinas, constatou-se que a homogeneidade do espaço rural do Sudeste é bastante relativa, pois sua relevância, só se exprime em termos comparativos com as demais Regiões. Em muitas áreas do Sudeste, o processo de produção se caracteriza por formas desiguais de crescimento, sendo o fator terra predominante em algumas microrregiões, enquanto em outras predomina a tecnificação e, por fim, em várias, esses dois fatores de produção aparecem conjugados. Mesmo considerando que as condições espaciais inerentes às diversas áreas — e que as individualizam — são causas explicativas relevantes, é preciso ater-se ao fato de que a forma pela qual se desenvolve o processo de modernização é um reflexo do próprio processo de reprodução do sistema dominante.

Nesse sentido, o fundamental não é a forma que o sistema de produção, ao se reproduzir, assume em seu processo de concretização. O fundamental é que esta forma, em condições historicamente determinadas, seja a que melhor possibilite a reposição dos pressupostos da produção capitalista no início do ciclo produtivo. Assim, a forma de concretização do processo de modernização só tem significado ao se considerar que ela espelha as condições necessárias de reprodução do sistema econômico dominante.

Objetivando a valorização do capital, o processo de modernização visa, com o desenvolvimento tecnológico, "a diminuir o ciclo de produção das culturas e criações e distribuir a produção ao longo do ano, reduzindo as diferenças entre os tempos de produção e de trabalho, buscando maiores taxas de lucro"¹⁵. Para tanto, é necessário aumentar a rotação do capital, elevando a produtividade do trabalho, através da introdução de práticas intensivas e de uma maior racionalização do uso dos diversos fatores de produção. Nesse processo de maximização dos lucros, a concentração fundiária e a tecnificação agrária também determinam uma redução dos custos com a força de trabalho, na medida em que restringem a demanda e aumentam a oferta de mão-de-obra.

Assim, ao lado da utilização de equipamentos cada vez mais complexos que, por sua própria natureza, reduzem a necessidade de mão-de-obra, o processo de concentração fundiária, ao se expandir, também aparece como um fator determinante das condições de demanda e oferta de força de trabalho, seja mediante a expropriação de parte da população rural, o que aumenta a oferta de mão-de-obra, seja garantindo o monopólio fundiário, o que impede que parte dessa força de trabalho tenha acesso à terra. Como o que determina a remuneração do trabalho é o equilíbrio do mercado de mão-de-obra, o processo de concentração fundiária e a tecnificação da agricultura, ao pender a equivalência oferta/demanda no sentido desse último fator, ocasiona uma redução dos custos de produção pela minimização do salário do trabalhador rural. Assim, esses dois fatores, que na década de 70 foram reflexos do processo de modernização, maximizam os lucros, por ocasionarem direta ou indiretamente, um aumento da produtividade do trabalho.

Portanto, visando à valorização do capital, através da maximização da rentabilidade do grande empreendimento agropecuário, a modernização, necessariamente, implicou em uma racionalização dos diversos fatores de produção, sendo que, em termos de mão-de-obra, sobretudo devido à tecnificação, foi marcante a generalização do emprego temporário. Ressalte-se que esta forma assumida pela capitalização do campo se correlacionou com as diretrizes políticas oficiais, e que em relação ao quinquênio 1980-85, o III PND mantém a mesma linha básica de orientação que caracterizou as políticas oficiais para o setor agrário a partir de meados dos anos 60. Nesse sentido, caso a modernização, em seu processo de configuração espacial, mantenha a tendência à expansão de grandes estabelecimentos que empregam técnicas poupadoras de mão-de-obra e privilegiam o emprego dos trabalhadores como volantes, haverá, necessariamente, uma deterioração das condições sociais existentes no campo.

¹⁵ GRAZIANO NETO, Francisco. *A questão agrária e ecológica; Crítica da modernização*. São Paulo, Brasiliense, 1982. p. 84.